



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

LUÍSA MOURA ANDRADE BARBOSA

**ESTADO NOVO E FRANQUISMO: conexões e dissidências entre duas ditaduras
fascistizadas (1936-1945)**

RECIFE

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

LUÍSA MOURA ANDRADE BARBOSA

**Estado Novo e Franquismo: conexões e dissidências entre duas ditaduras fascistizadas
(1936-1945)**

TCC apresentado ao Curso de História da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharela em História.

Orientador(a): Prof. Dr. Rômulo Luiz Xavier do Nascimento

RECIFE

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Barbosa, Luísa Moura Andrade.

Estado Novo e Franquismo: conexões e dissidências entre duas ditaduras
fascistizadas (1936-1945) / Luísa Moura Andrade Barbosa. - Recife, 2024.
51 p.

Orientador(a): Rômulo Luiz Xavier do Nascimento

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, História - Bacharelado,
2024.

Inclui referências.

1. Estado Novo. 2. Franquismo. 3. Fascistização. 4. Getúlio Vargas. 5.
Francisco Franco. I. Nascimento, Rômulo Luiz Xavier do . (Orientação). II. Título.

900 CDD (22.ed.)

LUÍSA MOURA ANDRADE BARBOSA

**Estado Novo e Franquismo: conexões e dissidências entre duas ditaduras fascistizadas
(1936-1945)**

TCC apresentado ao Curso de História da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharela em História.

Aprovado em: 20/12/2024

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. Rômulo Luiz Xavier do Nascimento (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Me. Rodrigo Carrapatoso de Lima
Universidade Federal de Pernambuco e Universidade de Coimbra

Profª. Dra. Susan Lewis (Examinador externo)
Universidade de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

À minha família, especialmente meus pais, George e Marília, por me apoiarem incondicionalmente e não medirem esforços para tornar meus sonhos realidade. À meus irmãos, Laila, Mirella e Rodolfo, por acreditarem mais em mim do que eu mesma. Amo vocês.

À minhas amigas Erika, Dara e Camila, obrigada por estarem comigo desde o primeiro semestre e serem o apoio que precisava estando longe de casa. À Laura, minha amiga irmã, que caminha comigo desde sempre, obrigada pelo seus conselhos, carinho e apoio durante todos esses anos. À meus amigos, Ana Clara, Aguida, Juliane, Karen, Rodrigo, Gabriel e Haniel, que coisa boa é poder crescer com vocês e saber que, não importa a distância, nossa amizade sempre se mantém. A mis amigas, Ambre y Laurriane, por su apoyo y por compartir conmigo las alegrías y las penas de las clases de Historia de España Actual, donde este trabajo empezó a tomar forma. A Antonio, mi amor, por su cariño, apoyo y por recordarme siempre que soy capaz, sobre todo en los momentos de duda.

À meu orientador, Prof. Rômulo Nascimento, por acreditar em mim e no meu trabalho.

Sou profundamente grata às pessoas aqui mencionadas, sem as quais este trabalho não teria sido realizado.

RESUMO

O presente trabalho examina as conexões e diferenças entre as ditaduras de Getúlio Vargas no Brasil e Francisco Franco na Espanha entre os anos 1936 e 1945, enfatizando aspectos como autoritarismo, propaganda, censura e relações diplomáticas. Fundamentando-se em autores como Gabriela de Lima Grecco, Ismael Saz e Eliane Venturini, é adotado o conceito de “regimes fascistizados” para entender as especificidades e a versatilidade ideológica dessas ditaduras. O trabalho também aborda a centralização política e o uso de estratégias de repressão, destacando as semelhanças marcantes, como o antiliberalismo, o anticomunismo e o culto à figura do líder, além do papel da propaganda na formação ideológica. Por outro lado, também são abordadas as principais distinções, como a relação com a Igreja Católica, o uso do conceito de raça e a relação com os movimentos fascistas autóctones. Por fim, é explorada a dinâmica diplomática entre os dois países, ressaltando o apoio velado brasileiro aos nacionalistas de Franco apesar da declarada neutralidade.

Palavras- chave: Estado Novo, Franquismo, fascistização, Getúlio Vargas, Francisco Franco, relações diplomáticas.

ABSTRACT

This study examines the connections and differences between the dictatorships of Getúlio Vargas in Brazil and Francisco Franco in Spain between 1936 and 1945, emphasizing aspects such as authoritarianism, propaganda, censorship and diplomatic relations. Based on authors such as Gabriela de Lima Grecco, Ismael Saz and Eliane Venturini, the concept of “fascistized regimes” is adopted to understand the specificities and ideological versatility of these dictatorships. The paper also looks at political centralization and the use of oppressive strategies, highlighting the striking similarities, such as anti-liberalism, anti-communism and the cult of the leader, as well as the role of propaganda in ideological formation. On the other hand, the main distinctions are also addressed, such as the relationship with the Catholic Church, the use of the concept of race and the relationship with local fascist movements. Finally, the diplomatic dynamic between the two countries is explored, highlighting Brazil's veiled support for Franco's nationalists despite its declared neutrality.

Keywords: Estado Novo, Francoism, fascistization, Getúlio Vargas, Francisco Franco, diplomatic relations.

RESUMEN

Este artículo examina las conexiones y diferencias entre las dictaduras de Getúlio Vargas en Brasil y Francisco Franco en España entre 1936 y 1945, destacando aspectos como el autoritarismo, la propaganda, la censura y las relaciones diplomáticas. Basándose en autores como Gabriela de Lima Grecco, Ismael Saz y Eliane Venturini, se adopta el concepto de «regímenes fascistizados» para comprender las especificidades y la versatilidad ideológica de estas dictaduras. La obra también examina la centralización política y el uso de estrategias represivas, destacando similitudes destacables como el antiliberalismo, el anticomunismo y el culto al líder, así como el papel de la propaganda en la formación ideológica. Por otro lado, también se abordan las principales distinciones, como la relación con la Iglesia Católica, el uso del concepto de raza y la relación con los movimientos fascistas autóctonos. Por último, se explora la dinámica diplomática entre ambos países, destacando el apoyo velado de Brasil a los nacionalistas franquistas a pesar de su declarada neutralidad.

Palabras clave: Estado Novo, Franquismo, fascistización, Getúlio Vargas, Francisco Franco, relaciones diplomáticas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - CONSTRUINDO UM REGIME: DO GOLPE DE 1930 AO ESTADO NOVO	13
1.1. Repressão, censura e polícia política	18
CAPÍTULO 2 - ASCENSÃO E MILITARISMO: FRANCO E A FORMAÇÃO DE UMA DITADURA	22
CAPÍTULO 3 - PARALELOS E CONTRASTES: AS DITADURAS DE FRANCO E VARGAS	32
3. 1. Franquismo e Estado Novo comparados	32
3.2. Censura e propaganda	38
3.3. Relações diplomáticas	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

INTRODUÇÃO

A apreciação de Vargas pelo nazifascismo não é novidade. Tampouco é recente o debate historiográfico sobre a classificação do franquismo: seria um regime fascista ou simplesmente outro governo autoritário do século XX?

No presente trabalho, além de comentar as relações diplomáticas entre Brasil e Espanha, buscaremos analisar as semelhanças e diferenças entre o Franquismo e o Estado Novo, fazendo um aceno à História Comparada.

É possível argumentar que o caráter fascista das duas ditaduras seria o principal ponto de encontro. No entanto, quais realmente são as características que esses regimes têm em comum com os governos fascistas do mesmo período?

A partir de 1926, através de uma série de leis, Mussolini abole a clássica divisão dos três poderes e concentra cada vez mais poder de decisão no executivo¹. Vargas e Franco, após darem um golpe de estado, também buscaram centralizar o poder em suas mãos. Vargas outorga uma Constituição que lhe dá amplos poderes, apresentando-se como o único capaz de salvar a pátria dos perigos externos e da invasão comunista². Já Franco, ainda durante a guerra, unifica todos os partidos que haviam apoiado a insurreição em um só: a Falange Española Tradicionalista y de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista (FET y de las JONS ou FET-JONS)³. Vencida a contenda, sua palavra seria a final em todas as decisões nacionais.

A repressão política também estava presente nos dois regimes, ainda que empregando diferentes níveis de violência. Os inimigos do regime eram entendidos como inimigos da pátria e aqui os comunistas eram os protagonistas. A repressão também se estendia aos meios de comunicação, que estavam sujeitos a censura⁴.

Outro ponto bastante característico do fascismo e presente nos dois regimes, principalmente no franquismo, é o culto ao líder. O franquismo também buscava evocar um sentimento de nostalgia, de tentativa de retorno a um passado imperialista glorioso, também comum nos regimes fascistas⁵.

No entanto, todas essas semelhanças, apesar de importantes, não são suficientes para caracterizar um regime como fascista. Inclusive, se levarmos em consideração a estrutura

¹ MONTAGUT, Eduardo. La represión fascista italiana. Nueva Tribuna, [s. l.], 2016.

² VENTURINI, Eliane de Oliveira. As relações entre os governos fascistizados de Franco e Vargas no contexto da Guerra Civil Espanhola (1936-1939). *Locus: Revista de História*, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 223–237, 2023. p. 226.

³ *Ibid*, p. 228.

⁴ *Ibid*, p. 226/229.

⁵ *Ibid*, p. 229.

clássica do fascismo proposta por Stanley Payne, nos dois regimes podemos perceber elementos que os afastam do fascismo clássico⁶. Analisemos esses elementos.

Apesar de Vargas defender a importância da união nacional e o patriotismo, sua ditadura não foi totalitária. Tampouco adotou uma estética característica fascista, nem milícias políticas. O Estado Novo não era caracterizado pela existência de um partido único, pelo contrário: todos os partidos, inclusive a AIB foram extintos. Vargas tampouco tinha aspirações imperialistas, reservando seu olhar expansionista às fronteiras do país, como se pode perceber na política de “Rumo ao Oeste”⁷.

Durante a Guerra Civil e durante parte da Segunda Guerra Mundial, até 1942, elementos fascistas estavam claramente presentes no regime franquista. No entanto, depois da derrota alemã na Batalha de Stalingrado, Franco vai paulatinamente retirando ou diminuindo a influência fascista em seu regime, chegando a inclusive afastar líderes falangistas dos postos altos do governo⁸.

A relação com a Igreja Católica e o catolicismo também são elementos que diferem o franquismo do fascismo clássico. O *ser católico* era entendido como sinônimo de *ser espanhol*, sendo esse um dos pilares do regime. A relação com o Exército também é um diferencial no franquismo. Franco, militar de carreira e vencedor de uma guerra civil, ocupa seu governo de militares, que chegam a ser o grupo majoritário dentro do estado⁹.

Podemos perceber que são muitos os elementos que diferenciam o Estado Novo e o Franquismo dos regimes fascistas clássicos. No entanto, as semelhanças são muito abundantes para serem ignoradas. Nesse sentido, acreditamos que a melhor forma de classificar os dois regimes é fazendo uso do conceito de “*fascistizados*”, adotado por Ismael Saz. Como nos explica Venturini,

Segundo Ismael Saz (2004), “(...) a característica fundamental de um regime fascistizado é [...] sua capacidade para combinar certos elementos da rigidez própria dos fascismos com a versatilidade e capacidade de manobra dos não fascistas.”

Saz (2004) descreve a fascistização como um processo no qual a direita clássica (reacionária, conservadora, radical ou mesmo liberal) adota uma série de elementos cuja funcionalidade é claramente imputável ao fascismo, resultando em um processo dialético no qual não se obtém um fascismo *stricto sensu* – mas, ainda assim, uma direita diferente daquela que existia antes desta confrontação com o fascismo. Ainda de acordo com este historiador, os regimes fascistizados do período estudado sintetizaram duas correntes do nacionalismo antiliberal do século passado: uma corrente que

⁶ *Ibid*, p. 227.

⁷ *Ibid*, p. 227/228.

⁸ *Ibid*, p. 229.

⁹ RIQUEUR apud VENTURINI (2023), p. 229.

defendia um nacionalismo reacionário, e a do fascismo propriamente dito (Saz 2001).¹⁰

Como nos alerta José D'Assunção Barros, nem todas as sociedades contemporâneas são comparáveis¹¹. Julgamos que o caráter fascistizado das duas ditaduras aqui analisadas, para além da sua contemporaneidade, as tornam elementos válidos de comparação, posto que estão enquadradas em um mesmo modelo de política característico de seu período, além da reconhecida proximidade ideológica.

Dito isso, ressaltamos que a intenção do presente trabalho não é comparar o Franquismo ou o Estado Novo com os fascismos clássicos. Na verdade, o que tentamos aqui é comparar esses dois regimes fascistizados.

Assim, dedicamos o primeiro capítulo a comentar a trajetória política de Getúlio Vargas. Nesse momento, buscamos responder como o Estado Novo é implementado, quais são as principais características de Vargas como governante e como funciona a repressão política em seu regime.

Já no capítulo seguinte, falaremos sobre Franco. Como, diferentemente de Vargas, não era um personagem que estivesse ligado ao cenário político formal do país, comentaremos sua trajetória militar, chave para entender sua atuação como ditador. Aqui, também queremos entender como Franco chega ao poder e as características do seu regime, notadamente a repressão e violência.

É no terceiro e último capítulo que nos aproximamos da História Comparada, aqui entendida, em linhas gerais, como a

possibilidade de se examinar sistematicamente como um mesmo problema atravessa duas ou mais realidades histórico-sociais distintas, duas estruturas situadas no espaço e no tempo, dois repertórios de representações, duas práticas sociais, duas histórias de vida, duas mentalidades, e assim por diante. Faz-se por mútua iluminação de dois focos distintos de luz, e não por mera superposição de peças.¹²

Questão primeira na comparação de dois elementos, apresentaremos as semelhanças e diferenças entre Franquismo e Estado Novo e, depois, comentaremos as relações diplomáticas entre os dois países. Adotamos como marco temporal os anos de 1936, ano em que se inicia a Guerra Civil Espanhola, e 1945, final do Estado Novo e de como classificariam muitos historiadores, do chamado Primeiro Franquismo.

¹⁰ SAZ apud VENTURINI (2023), p. 230/231.

¹¹ BARROS, José D'Assunção. História Comparada: da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. História Social, [S. l.], v. 11, n. 13, p. 7–21, 2011. p. 18/19.

¹² *Ibid*, p. 17.

CAPÍTULO 1 - CONSTRUINDO UM REGIME: DO GOLPE DE 1930 AO ESTADO NOVO

Em 1907, surge no cenário político do Rio Grande do Sul um personagem que irá marcar a história política do país. Getúlio Vargas, nascido em 1882 em São Borja, começa sua atuação política em 1907, quando em seu último ano na Faculdade de Direito cria com outros colegas um grupo de apoio a Carlos Barbosa Gonçalves, indicado à presidência do estado por Borges de Medeiros, que era o presidente no governo naquele momento. Sua candidatura tinha sido razão de dissidência no centro do Partido Republicano Riograndense (PRR) e o bloco castilhistas, formado por Getúlio e seus companheiros, visava apoiar o candidato oficial e, por consequência, o governo¹³.

A atuação de Getúlio impressiona Borges de Medeiros, que lhe oferece um cargo de promotor público logo após a sua graduação. Pouco tempo depois, é indicado para a Assembleia de Representantes e atua como deputado estadual em sucessivos mandatos entre 1909 e 1922. Nesse período, se destacou por, na maior parte do tempo, defender a gestão de Borges, caracterizada pelo intervencionismo na economia e nos serviços¹⁴.

Em 1922, aos seus quarenta anos, é eleito como deputado federal para completar o mandato de um que havia falecido. É reeleito em 1924 e assume a liderança da bancada republicana gaúcha. Além da atuação parlamentar, por um breve período, foi ministro da Fazenda no governo Washington Luís¹⁵.

Três anos depois, em 1927, é eleito para a presidência do seu estado, o Rio Grande do Sul. Concorreu sem adversários, pois os libertadores, principais opositores, acreditavam que ele tentaria uma política de conciliação partidária. Estavam certos: em um gesto inédito, pôs na administração alguns membros da oposição¹⁶. Durante seu mandato, toma medidas para reduzir a fraude eleitoral, implementa uma reforma tributária e organiza as contas do estado¹⁷. Também cria o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BERGS), de controle majoritariamente estatal e é responsável por uma política creditícia¹⁸.

Apesar dos seguintes anos da vida pública e privada de Getúlio Vargas, bem como os do início de sua atuação política, acima mencionados, não estarem dentro do escopo temporal que este trabalho busca abarcar, julgamos que é necessário abordar pelo menos

¹³ FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: O poder e o sorriso*. 2010. p. 25.

¹⁴ *Ibid.*, p. 26/27.

¹⁵ *Ibid.*, p. 32/33.

¹⁶ *Ibid.*, p. 33.

¹⁷ *Ibid.*, p. 33/34.

¹⁸ *Ibid.*, p. 34.

superficialmente os anos iniciais de sua carreira, bem como as movimentações políticas que ocasionaram a Revolução de 1930, que levou Vargas à Presidência da República.

Getúlio Vargas cumpria seu mandato no Rio Grande do Sul quando, para as eleições presidenciais de 1930, Washington Luís indica Júlio Prestes, rompendo com o revezamento presidencial característico da que ficou conhecida como “política do café com leite”. A oposição se iniciou em Minas Gerais, tendo como principal nome Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente do estado nesse momento. Para assegurar o apoio do Rio Grande do Sul e de sua classe política, decidem indicar um nome gaúcho para a candidatura de oposição. É assim que Getúlio Vargas, que havia se destacado por seu papel de mediador e apaziguador das disputas partidárias em seu estado, foi indicado¹⁹.

E assim, em agosto de 1929, a Aliança Liberal é lançada. Candidatura de oposição, reunia a maioria das elites políticas de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e da Paraíba. Getúlio sai como candidato à presidência e João Pessoa como vice. O programa da Aliança Liberal defendia uma reforma no sistema político, através de, entre outras coisas, a implementação do voto secreto e a criação de uma justiça eleitoral. Também, medidas para regulamentar o trabalho das mulheres e dos menores de idade, lei de férias e a extensão da aposentadoria. O público alvo da campanha eram as classes médias urbanas, as elites regionais dissidentes e os trabalhadores²⁰.

Depois de uma eleição com fraudes cometidas por ambos os lados, Júlio Prestes é eleito. Para a maioria, isso significou o fim da disputa. No entanto, existia um grupo mais aguerrido que começa a considerar a possibilidade de luta armada, entre eles Virgínio de Melo Franco e Oswaldo Aranha, em acordo com os “tenentes”²¹.

O assassinato de João Pessoa em Recife foi o estopim necessário para os revoltosos. A morte não teve razões políticas diretas, mas assim foi explorada. Poucos meses depois, no dia 3 de outubro de 1930, o movimento se inicia em Belo Horizonte e em Porto Alegre, estendendo-se ao Nordeste pouco tempo depois. Em 24 de outubro, Washington Luís é deposto pela cúpula militar e Getúlio pôde dirigir-se à capital, onde chega com uma tropa, usando chapéu gaúcho e uniforme militar. Em um ato simbólico, alguns dos gaúchos da tropa amarram seus cavalos no obelisco da avenida Rio Branco²².

¹⁹ *Ibid.*, p. 35.

²⁰ *Ibid.*, p. 36/37.

²¹ *Ibid.*, p. 39.

²² *Ibid.*, p. 39-41.

A Revolução de 1930, como ficou conhecida, foi o golpe que pôs fim à “República Velha” e colocou Getúlio Vargas na Presidência do país, onde permaneceria até 1945, depois de novo golpe em 1937, como veremos mais adiante.

Como elementos centrais do regime, ou do “governo revolucionário”, como se entendiam, podemos citar a centralização do poder e o nacionalismo. O Congresso foi temporariamente dissolvido, bem como as Câmaras legislativas de todo o país. Além disso, para cada estado, com exceção de Minas Gerais, foram nomeados interventores. Por sua vez, o nacionalismo foi associado à unidade do país e a identidade nacional, buscando condenar as elites regionais que pediam autonomia²³.

Também digno de nota foram as ações voltadas para a política trabalhista. Entre 1931 e 1932, é regulado o trabalho de mulheres e menores de idade, se estabelecem novas modalidades para a concessão de férias, se regulam os horários da indústria e do comércio e é criada a Carteira Profissional²⁴. O “Governo Revolucionário” tinha especial preocupação com os sindicatos, e a Lei de Sindicalização de 19 de março de 1931 já mostrava o caráter autoritário do novo regime. A legislação definia as novas regras para a formação dos sindicatos, que deveriam ser aprovados inicialmente pela burocracia estatal. Além disso, proibia qualquer propaganda de caráter político ou ideológico no seio dos sindicatos, que deveriam enviar para o Ministério do Trabalho fichas com os dados de todos os seus filiados. Tinham ainda a obrigação de avisar com antecedência sobre as reuniões, que seriam acompanhadas por representantes do ministério²⁵.

Os sindicatos foram incorporados na órbita do estado e eram entendidos como entidades consultivas e de colaboração com o poder público. Essa medida estava relacionada com a ideia de que os trabalhadores poderiam ser melhor usados politicamente se recebessem benefícios e estivessem sob o controle do estado, afastando-os assim do comunismo²⁶. Nas palavras do sociólogo Marcos Tarcísio Florindo:

A outorga, na letra da lei, de reivindicações históricas do proletariado permitia ao Estado o esvaziamento do conteúdo revolucionário da questão social. O discurso da luta de classes era silenciado e combatido, e a nova retórica clamava pela noção de harmonia entre o capital e o trabalho.²⁷

²³ *Ibid.*, p. 47/48.

²⁴ *Ibid.*, p. 49.

²⁵ FLORINDO, Marcos Tarcísio. *O Estado brasileiro e a repressão política na era Vargas: montagem institucional do aparato de contenção e de controle da sociabilidade operária*. Revista de Estudios Brasileños, 2015. p. 39.

²⁶ FAUSTO *op. cit.*, p. 49/50.

²⁷ FLORINDO (2015) *op. cit.*, p. 40.

Em 1933, é formada uma Assembleia Constituinte, que, após oito meses de trabalho, promulga a Constituição de 1934. Inspirada na Constituição da República de Weimar, tinha três títulos inéditos: ordem econômica e social; família, educação e cultura; e segurança nacional. Assegurava o direito a pluralidade sindical, o direito ao descanso semanal, igualdade salarial entre homens e mulheres, férias remuneradas e a fixava de um salário mínimo²⁸. A nova Constituição, no entanto, não se adequa aos desejos do presidente. Em seu diário, como aponta Boris Fausto, Getúlio relatou como pressentia que teria dificuldades em dirigir o país levando em consideração esse código “monstruoso”²⁹.

A Assembleia Constituinte e a promulgação da nova Carta Magna abrandaram um pouco o autoritarismo do regime. Os anos que se seguiram foram marcados pelo aumento das greves, fraturas nas elites que apoiavam Vargas e o surgimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente unificada da esquerda oposicionista³⁰.

Os vários partidos, entre eles o Partido Comunista, que formavam a ANL, demandavam a nacionalização dos serviços públicos, que fosse feita uma reforma agrária, garantidas as liberdades populares e não reconheciam a dívida externa³¹. Seu rápido crescimento, principalmente no Rio de Janeiro, é entendido pelos líderes comunistas como um presságio de rebelião contra o governo. A elite política, por sua vez, encara o aumento da agitação política como razão para endurecer a repressão policial³².

A decretação da ilegalidade da ANL é a gota d'água para seus militantes. As lideranças locais do PCB julgavam que o cenário era propício para um levante popular e receberam o aval e apoio da IIIª Internacional, que envia militantes de todo o mundo para ajudar na luta³³.

O movimento comunista, no entanto, fracassou. Em Natal, se inicia em 23 de novembro e alguns dias depois em Recife e no Rio de Janeiro. Forma-se um governo popular em Natal, mas não resiste por muito tempo. Na capital, por sua vez, os comunistas tomam o Terceiro Regimento da Infantaria da Praia Vermelha e conseguem a adesão da maior parte da tropa. Porém, o edifício é bombardeado pela Marinha e pela aviação, causando dezenas de mortes e extinguindo a revolta³⁴.

²⁸ FAUSTO *op. cit.*, p. 67/68.

²⁹ *Ibid.*, p. 68.

³⁰ FLORINDO (2015) *op. cit.*, p. 42.

³¹ FAUSTO *op. cit.*, p. 72.

³² FLORINDO (2015) *op. cit.*, p. 42.

³³ *Ibid.*, p. 42.

³⁴ FAUSTO *op. cit.*, p. 74/75.

Após o Levante, o cenário político brasileiro mudou. As elites regionais dissidentes se unem ao governo, que agora consegue usar o confronto e o anticomunismo como razões para a institucionalização da repressão como política de estado³⁵.

A repressão é forte e não limitada a militantes comunistas. Alguns parlamentares foram presos e, um ano após o Levante, o Tribunal de Segurança Nacional começa sua atuação, encarregado de julgar os presos políticos, que tinham poucas chances de defesa³⁶.

É importante salientar o destino dado aos que participaram do movimento revoltoso. Luís Carlos Prestes, o mais conhecido e relevante politicamente, ficou preso por nove anos. Sua esposa, Olga Benário, teve um destino mais triste. Judia, foi deportada para a Alemanha enquanto grávida de sete meses e acabou morrendo em uma câmara de gás em 1942. Arthur Ewert, militante comunista enviado pela Internacional, enlouqueceu depois das torturas sofridas. Victor Barron, outro estrangeiro, morreu durante os interrogatórios policiais e teve seu corpo jogado pelas janelas da Polícia Central, numa tentativa de justificar sua morte como um suicídio³⁷.

As candidaturas para as eleições presidenciais de 1938 surgem quando a repressão ao Levante de 1935 ainda está atuando. No entanto, Getúlio não apoia nenhum candidato, nem mesmo José Américo, o candidato do governo, posto que ele, junto com a cúpula militar, tinham outros planos para o país: antes mesmo que a candidatura de José Américo fora lançada, a Carta de 1937 (“Polaca”), já havia sido elaborada³⁸.

Enquanto o movimento revoltoso ocorria, o Congresso aprovou a declaração de Estado de Sítio. Por meio de uma Emenda Constitucional aprovada em dezembro de 1935, a situação evoluiu para Estado de Guerra. Através de pedidos do Executivo e aprovação do Congresso, a declaração de Estado de Guerra seguirá sendo vigente até 1937³⁹. De acordo com Florindo, o *Plano Cohen* surge depois da primeira negativa do Congresso em revalidar o Estado de Guerra proposto pelo Executivo⁴⁰.

Elaborado pelo capitão Olímpio Mourão Filho, chefe do serviço secreto da Aliança Integralista Brasileira, o documento falso retratava um suposto plano comunista, que envolvia incêndio de prédios públicos e a tomada do poder no país. Transmitido pela rádio e estampado em todos os jornais do país, causou comoção geral e pânico⁴¹.

³⁵ FLORINDO (2015) *op. cit.*, p. 42.

³⁶ FAUSTO *op. cit.*, p. 76.

³⁷ *Ibid.*, p. 77.

³⁸ *Ibid.*, p. 78/79.

³⁹ *Ibid.*, p. 76.

⁴⁰ FLORINDO (2015), *op. cit.*, p. 43.

⁴¹ FAUSTO *op. cit.*, p. 79.

Pouco tempo depois, vem o golpe, já aguardado pelos militares. A maior parte da classe política do país ou desejava uma ditadura ou estavam conformados com a instauração de uma. A esquerda, praticamente arrasada após 1935, não pôde oferecer grande resistência⁴². No dia 10 de novembro, Getúlio e seus ministros assinaram a Carta de 1937. Para justificar o golpe, Vargas afirma que “quando as competições políticas ameaçam degenerar em guerra civil, é sinal de que o regime constitucional perdeu o seu valor prático, subsistindo apenas como abstração”⁴³.

A ditadura do Estado Novo durou até 1945. Nesses oito anos, as estruturas de repressão ao corpo social são atualizadas, modernizadas e fortalecidas. Novas instituições de propaganda do regime são criadas e a dinâmica política e social do país é alterada. Trata-se de um regime caracterizado pela centralização do poder na figura do presidente, que tem sua imagem cultuada.

Uma das propostas do Estado Novo era a ampliação do parque industrial do país. Para Florindo, isso está relacionado ao crescimento da repressão aos trabalhadores, posto que, com o crescimento da indústria, cresce também a classe operária. Por isso, levando em consideração as pressões das elites e a “ameaça” do comunismo, o regime entendia que era necessário reforçar os meios de coerção estatais. Inicia-se um processo de “modernização controlada”, que ao fim e ao cabo, “consolida um sistema elitista de dominação”⁴⁴.

1.1. Repressão, censura e polícia política

O Estado Novo já contava com um aparato estatal de repressão que pôde ser ampliado para atender às demandas do novo regime. A figura principal era a Delegacia de Ordem e Política Social (DEOPS), criada em 1924. Órgão policial especializado, tinha como função reprimir qualquer distúrbio de carácter político-social que pudesse perturbar a ordem vigente. Nas palavras de Florindo,

O DEOPS era a encarnação fiel de uma polícia da soberania cuja operação respondia às demandas do poder do Estado em detrimento da sociedade. Seu papel era fazer valer o direito do mais forte, fato que corroborou a formação de critérios diferenciados de eficiência para abalizar sua atuação.⁴⁵

Os parâmetros de eficácia dessa polícia modernizada não eram a aceitação popular ou o cumprimento da igualdade jurídica garantida em lei, mas sim a instrumentalização da violência e do medo como forma de adequar as classes populares às expectativas do novo

⁴² *Ibid.*, p. 80.

⁴³ VARGAS apud FAUSTO *op. cit.*, p. 81.

⁴⁴ FLORINDO (2015), *op. cit.*, p. 37.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 41.

regime.⁴⁶ As pressões das elites, que, em acordo com a ditadura, gostariam de ver controlados (e não necessariamente resolvidos) os problemas sociais do país, referendavam a conduta da polícia. Assim, se cria uma cultura policial baseada na arbitrariedade e no desrespeito às normas legais, buscando sempre a resolução mais rápida e não necessariamente a mais justa para os conflitos⁴⁷. “Os direitos individuais, nesse contexto, estavam subordinados à primazia do controle da ordem.”⁴⁸

Os policiais tinham seus poderes ampliados e deveriam selecionar os criminosos em potencial nos ambientes em que atuavam. Qualquer indivíduo que se encaixasse nos “perfis criminais” elaborados pela instituição, poderia ser enquadrado. Dessa forma, operários, negros, judeus e estrangeiros, entre outros grupos, tornavam-se alvo das bruscas intervenções policiais.⁴⁹

Como apontado por Priscila Perazzo, a lógica da suspeição fazia parte do *modus operandi* da polícia:

(...) a questão da suspeição é uma das características nitidamente perceptíveis na documentação produzida pela Polícia Política nos anos 30 e 40. Grande parte do trabalho dos agentes sustentava-se na prática da desconfiança e da suspeita. Observação e vigilância eram atitudes comuns no dia-a-dia dos investigadores [...] bastava uma denúncia ou leve suspeita (não necessariamente fundamentadas), para que os agentes do controle social, que se consideravam representantes da manutenção da ordem e da segurança pública, exercessem suas funções: perseguir, vigiar, incriminar o suspeito. (PERAZZO, 1999: 147)⁵⁰

Tratava-se de ligar o crime ao suspeito e não necessariamente o suspeito ao crime.

Outras práticas rotineiras da DEOPS eram a utilização de agentes duplos infiltrados e torturas. A investigação policial começava a partir da infiltração, quando se buscava reunir informações suficientes para o seguimento do processo investigativo. Estavam infiltrados, em grande número, nas mais diversas organizações: desde sindicatos e empresas, até outras organizações civis e inclusive repartições públicas, onde quer que pudessem estar os “elementos suspeitos”⁵¹.

Já a tortura, levada a cabo nas dependências policiais, buscava conseguir uma confissão (seja verdadeira ou não) e mais informações relevantes ao inquérito, como dados sobre a organização que o suspeito fazia parte ou a delação de outros companheiros. Além das muitas formas de torturas físicas, os presos não escapavam da tortura psicológica, quando,

⁴⁶ FLORINDO, Marcos Tarcísio. *A polícia política entre a inovação e a tradição: a modernização institucional do DEOPS/SP na Era Vargas*. Cadernos CEDEM, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 3-21, dez. 2011. p. 5.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 6.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 6.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 7.

⁵⁰ PERAZZO apud STANGER, p. 3.

⁵¹ FLORINDO (2011) *op. cit.*, p. 11.

frequentemente, tinham seus parentes ou entes queridos presos e torturados.⁵² A utilização da tortura como método policial também tinha outra função: promovia o medo e enquadrava as classes subalternas ao modelo exigido pelo regime.⁵³

Outra peça fundamental do regime estado-novista foi o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 27 de dezembro a partir da dissolução de outros órgãos voltados à imprensa. Sob direção de Lourival Fontes, um admirador do fascismo, o DIP respondia diretamente ao Presidente e era responsável por construir a imagem de um governo legítimo e conseguir o apoio dos trabalhadores⁵⁴. Estava dividido em seis repartições: Divisão de Divulgação, Divisão de Radiodifusão, Divisão de Cinema e Teatro, Divisão de Turismo, Divisão de Imprensa e Serviços Auxiliares. Concordamos com Maria Helena Capelato quando afirma que essa divisão revelava um alto grau de centralização do poder censor e propagandístico.⁵⁵

A Constituição de 1937 alterou drasticamente o destino do jornalismo no país. Através do art. 1222, colocou a imprensa a serviço do Estado, acabando com a liberdade de imprensa e legalizando a censura prévia a todos os meios de comunicação.⁵⁶ O DIP passou a controlar tudo o que era publicado no país, seja nos jornais, revistas ou livros, e inclusive na música.

Os jornais se viram obrigados a adotar o discurso oficial, divulgar os feitos do regime e publicar as matérias fornecidas pelo DIP, que chegavam a 60%. Não podiam publicar textos que sugerissem algum descontentamento com o regime ou com Vargas; divulgar acidentes ou catástrofes; ou comunicar problemas do governo ou de ordem econômica. Como bem resumiu Capelato: “as atividades de controle, ao mesmo tempo que impediam a divulgação de determinados assuntos, impunham a difusão de outros na forma adequada aos interesses do Estado”⁵⁷.

Com o intuito de criar uma imagem de unidade nacional e aproximar o chefe do governo do povo, o DIP produziu livros, revistas, folhetos, músicas, filmes e programas de rádio, entre outros. A imprensa, como já apontado, e o rádio, foram os principais meios de divulgação de propaganda política⁵⁸. Era através do programa “Hora do Brasil” que a atuação do Departamento era mais notada. Nele, eram divulgados os discursos oficiais, com um

⁵² *Ibid.*, p. 12/16.

⁵³ *Ibid.*, p. 12.

⁵⁴ CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. cap. 9, p. 167-178. ISBN 85-225-8283-8. p. 171.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 172.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 171.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 175.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 173.

grande apelo ao patriotismo, seja através das artes populares ou a lembrança de supostos feitos gloriosos do passado.⁵⁹

⁵⁹ *Ibid*, p. 176/177.

CAPÍTULO 2 - ASCENSÃO E MILITARISMO: FRANCO E A FORMAÇÃO DE UMA DITADURA

Em 1892, em uma pequena cidade chamada El Ferrol, no extremo ocidente da Galícia, nasce Francisco Franco Bahamonde. Sua família era de classe média baixa e tradicionalmente militar, tendo dedicado-se à Marinha por várias gerações⁶⁰. Durante sua infância teve, principalmente pela proximidade com sua mãe, uma criação conservadora, fundada em um catolicismo sólido e simples⁶¹.

Os homens da família Franco geralmente estudavam na *Escuela de Administración Naval*, como caminho para ingressarem na Marinha. No entanto, por razões orçamentárias, ela fecha em 1901. Por isso, Franco, não seguindo o caminho habitual de sua família, foi então para a *Academia Militar de Infantería de Toledo*, onde começou seus estudos em agosto de 1907⁶². Nesse período, demonstrou grande interesse pela história militar da Espanha, ensinada na Academia de forma idealizada e pouco crítica⁶³.

Em 1910, quando se forma, não está entre os melhores de sua turma e não era um aluno de especial destaque. Como muitos de seus colegas, tinha o sonho de lutar em Marrocos, onde havia oportunidade de ascensão mais rapidamente. Os cadetes também viam na guerra colonial africana a oportunidade de apagar do imaginário espanhol a vergonha e indignação sofridas após a “perda” de Cuba em 1898. No entanto, por sua patente, teve o pedido de trânsito ao Marrocos negado, sendo enviado para o regimento de sua cidade natal⁶⁴.

Poucos anos depois, em 1912, Franco consegue ir para o Marrocos depois de mudanças na administração militar. Chegando lá, se depara com um exército em más condições. De acordo com Paul Preston, se tratava de uma instituição demasiadamente burocrática, com equipamentos obsoletos e com número de oficiais desproporcionalmente alto. Para os militares desse momento, os problemas das Forças Armadas provinham da incapacidade do poder político⁶⁵.

De qualquer forma, será no Marrocos, em meio a uma disputa colonial, que Franco terá seus momentos formadores como militar, que também moldarão sua ideologia política e visão de Estado. Trabalhou no continente africano por mais de dez anos e durante esse

⁶⁰ PRESTON, Paul. Franco: Caudillo de España. 2015. p. 30/31.

⁶¹ *Ibid.*, p. 34.

⁶² *Ibid.*, p. 37/40.

⁶³ *Ibid.*, p. 42.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 47. É importante aclarar que não é a intenção, nesse momento, estabelecer um detalhado esquema da vida de Franco, posto que já existem muitos trabalhos dessa natureza, sendo o mais famoso o de Paul Preston, que nos guiará durante esse capítulo. É relevante, no entanto, estabelecer os primeiros momentos de sua carreira militar, para que se possa melhor compreender o ditador futuro.

⁶⁵ *Ibid.*, p. 49.

período se fortaleceram crenças que seriam importantíssimas em sua vida política posterior, como a importância do exército como árbitro do destino político do país e a legitimidade da sua autoridade⁶⁶. Em 1914, apenas dois anos depois de chegar ao continente, foi promovido a capitão por méritos de guerra. Nesses curto período, já cultivava uma reputação de “oficial de campo metuculoso e bem preparado”, além da sua aparente frieza frente ao risco e fogo inimigo⁶⁷.

Alguns anos depois, o general Francisco Gómez Jordana, no posto de *Alto Comisario de Marruecos*, recomenda que Franco seja promovido a comandante por, novamente, méritos de guerra. No entanto, o Ministério da Guerra nega, alegando que Franco, aos 23 anos, era muito novo. Diante disso, ele apela contra a decisão indo diretamente ao chefe do exército, o rei Alfonso XIII. O rei concede e em 1917 Franco ascende a comandante⁶⁸.

Posto que não havia vagas para comandante em Marrocos, é obrigado a abandonar o país, sendo enviado para Oviedo, no norte da Espanha. É lá que, através de suas conexões com as importantes famílias locais, conhece sua futura esposa María del Carmen Polo y Martínez Valdés⁶⁹.

Posteriormente, conhece a José Millán Astray, que explica a Franco suas ideias de construir uma unidade especial em África, aos moldes da Legião Estrangeira francesa. Em 1920, os planos se concretizam e Franco é convidado para o posto de segundo chefe da *Legión* no Marrocos. Os primeiros recrutados para a Legião eram homens endurecidos, indo desde criminosos, pistoleiros a veteranos da Primeira Guerra Mundial. De forma geral, eram pessoas marginalizadas e que, de alguma forma, não estavam adaptadas à sociedade⁷⁰. Nas palavras de Paul Preston, “tanto Franco como Millán Astray conservaram ao longo de toda a sua vida a ideia romântica de que a Legião ofereceria a seus deserdados recrutas a redenção mediante o sacrifício, a disciplina, as penalidades, a violência e a morte.”⁷¹

Não é surpreendente que um batalhão com essas características fosse considerado ineficiente e famoso por sua insubordinação. No entanto, através de rígida disciplina, Franco consegue que as unidades sob seu controle se destaquem. Suas tropas eram conhecidas pela implacável violência: cometiam atrocidades contra os povos que atacavam e não era incomum

⁶⁶ *Ibid.*, p. 51/52.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 53/54.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 56.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 57/58.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 66/67.

⁷¹ *Ibid.*, p. 68. Tradução livre do trecho: “Tanto Franco como Millán Astray conservaron a lo largo de toda su vida la idea romántica de que la Legión ofrecería a sus desheredados reclutas la redención mediante el sacrificio, la disciplina, las penalidades, la violencia y la muerte.”

a exibição de cabeças decapitadas de prisioneiros. De acordo com Preston, Franco, longe de reprimir, sentia orgulho da violência brutal de seus homens, que por si só já era uma arma contra a população local, servindo como instrumento de intimidação⁷².

Desde o início da sua carreira, Franco demonstrou grande apreço pela disciplina e hierarquia. Não hesitava em ordenar o fuzilamento de alguns de seus homens por uma indisciplina ou insubordinação. Com uma postura paternalista que depois será percebida em seus anos como ditador, argumentava que era necessário “atuar com a mão dura” para evitar o caos, visto “a classe de gente” com quem estava se relacionando⁷³.

Durante esse período, também fazia visitas frequentes a Carmen em Astúrias e frequentava os espaços de elite da região. A publicação de seu diário e sua atuação na guerra começavam a chamar a atenção da imprensa: iniciava ali a construção da imagem de um herói nacional abnegado⁷⁴. Em 1923, recebe do Rei uma medalha militar e é nomeado “*gentilhombre de cámara*”, grupo militar de elite ligado ao monarca. Apesar de não estar formalmente ligado à vida política, já começava a ter mais contato com a nobreza e o círculo político do país⁷⁵.

Em contrapartida, a situação política do exército se complicava. As reiteradas derrotas militares no Marrocos reforçavam o pacifismo da esquerda e pressionavam o governo a decidir pela retirada das tropas⁷⁶. Para Franco, essa postura pacifista era entendida como uma afronta quase que pessoal.

1923 é um ano importante para a história da Espanha e para a história de Franco. Em setembro, o general Miguel Primo de Rivera dá um golpe militar que inicia um governo autoritário no país. A maior parte dos oficiais companheiros de Franco não estava muito entusiasmada com o golpe, mas não se opuseram. Na vida pessoal do futuro ditador, também foi um ano importante: finalmente, depois de alguns adiamentos por conta de sua carreira, se casa com María del Carmen e as fotos da cerimônia são estampadas nos jornais. Também, é promovido a tenente-coronel e posto ao mando da Legião⁷⁷.

A experiência do comando no Marrocos moldou os ideais políticos de Franco permanentemente. Não teve dificuldades em transportar as visões políticas formadas no cenário colonial marroquino para a península: era necessário governar com uma mão de ferro para manter a ordem. A esquerda espanhola era contra a guerra e Franco entendia seus atos

⁷² *Ibid.*, p. 69/70.

⁷³ *Ibid.*, p. 71.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 74-76.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 79/80.

⁷⁶ *Ibid.*, p. 78.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 81/82/85/86.

como uma traição ao país. Sua visão paternalista e o apreço pela repressão e o terror como ferramentas de disciplina e ordem seriam centrais no governo franquista posterior⁷⁸.

Em 1926, Franco ascende a general de brigada, tornando-se o general mais novo da Europa aos 33 anos. Sua patente lhe obrigava a abandonar a Legião e foi posto ao mando da *Primera Brigada de la Primera División de Madrid*, formada por regimentos aristocráticos e entendida como a mais importante do exército⁷⁹. Na capital, estabelece contato com a elite política do país e desfruta de uma vida social agitada. Concomitantemente, seus sucessos militares e rápidas ascensões o tornam um nome conhecido ao público. Apesar de sentir certa aversão pelo dia a dia da política, esses fatores influenciam para que comece a pensar sobre sua vida pública e importância política para além do exército⁸⁰.

No entanto, não permanece em Madrid por muito tempo. No ano seguinte, o rei Alfonso XIII aprova a criação de uma academia militar e Franco é nomeado seu diretor. Assim, abandona o mando de tropas no campo de batalha e muda o rumo de sua carreira⁸¹. Na academia, os cadetes eram formados na brutalidade que era característica da Legião, educados para entender o exército como o árbitro do destino político do país, reforçando os valores de disciplina e obediência cega⁸².

A ditadura de Primo de Rivera tem seu fim em 1930. Franco, focado em seu trabalho na academia, trabalha para que a mudança no regime não cause divisões entre seus alunos, mantendo sua posição anti republicana e anti esquerda. Parece não perceber as agitações políticas que tomavam o país⁸³.

Em 1931, nas eleições que seguiram a queda de Primo de Rivera, a esquerda republicana saiu vitoriosa. O governo recém eleito estava empenhado em mudar o regime político do país. Entendiam a monarquia como um regime ultrapassado e essa ameaça faz com que o rei decida abandonar o país, mas não o seu trono. Se inicia a Segunda República espanhola⁸⁴.

Era apoiada principalmente pelos trabalhadores urbanos e a pequena classe média, grupos que eram tradicionalmente anti-monárquicos. No entanto, no campo, as prefeituras

⁷⁸ *Ibid.*, p. 97.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 96/97.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 101/102.

⁸¹ *Ibid.*, p. 107.

⁸² *Ibid.*, p. 113.

⁸³ *Ibid.*, p. 116/124.

⁸⁴ REY, Leandro Álvarez. La crisis de la democracia republicana. In: MOYA, Antonio Morales (org.). *El difícil camino a la democracia: Actas del Congreso Las Claves de la España del siglo XX*. 2001. p 2.

continuavam sendo lideradas pelas tradicionais mãos monarquistas⁸⁵. Essa clara divisão geográfica já era evidência da polarização e cisão do país.

Nas palavras de Leandro Álvares Rey,

À direita e à esquerda quase todos coincidiam em que o que havia ocorrido na Espanha era algo mais do que a simples substituição de um regime liberal e monárquico por outro democrático e republicano; e em determinados setores até se afirmava que o que tinha tido lugar era uma “revolução”, uma ruptura violenta e traumática com o passado.⁸⁶

O novo governo estava comprometido em estabelecer um regime mais avançado e democrático no país, bem como remediar os erros cometidos durante a ditadura. Aprova uma nova Constituição e inicia amplas reformas sociais, agrárias e trabalhistas⁸⁷.

Para fazer frente a esse avanço, diversos setores sociais, como católicos, monárquicos ou direitistas no geral, formam organizações e entidades para fazer oposição ao governo⁸⁸. É nesse contexto que vai se formar a Confederación Española de Derechas Autónomas (CEDA), poderosa coalisão de direita. De natureza heterogênea, abrigava grupos de diferentes vertentes, desde monárquicos em suas muitas faces, católicos liberais a defensores de soluções autoritárias⁸⁹.

Nas seguintes eleições, em 1933, a direita tinha aprendido sua lição: formaram listas únicas, fazendo acordos até com republicanos moderados e recrutando personalidades como José Antonio Primo de Rivera, líder do partido fascista Falange. A esquerda por sua vez, não fez frente única. O resultado foi a concentração dos votos na centro-direita, que, no total, conseguiu 198 deputados, quase 42% das cadeiras⁹⁰. Era o fim do que ficou conhecido como “biênio das esquerdas”.

Inicia-se um processo de apagamento dos avanços trabalhistas conquistados nos dois anos anteriores. Vários líderes sindicais são presos e os patrões voltam a ter autonomia para impor suas condições. As corporações de esquerda atuantes nas Prefeituras também começam a ser destituídas pelos governadores. Em 1935, o novo governo, presidido pelo monárquico Lerroux, adotava uma via revisionista e reacionária. São revistas as leis sociais e agrárias e as

⁸⁵ *Ibid.*, p. 10.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 2. Tradução livre do trecho: “A derecha e izquierda casi todos coincidían en que lo que había ocurrido en España era algo más que la simple sustitución de un régimen liberal y monárquico por otro democrático y republicano; y en determinados sectores hasta se afirmaba que lo que había tenido lugar era una «revolución», una ruptura violenta y traumática con el pasado.”

⁸⁷ *Ibid.*

⁸⁸ *Ibid.*, p. 12/13.

⁸⁹ *Ibid.*, p. 14.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 17.

liberdades políticas e sindicais são limitadas. As organizações de defesa e mobilização dos trabalhadores do campo são progressivamente exauridas⁹¹.

Dessa forma, no final de 1935, pouco restava do plano de Estado democrático que se havia iniciado em 1931⁹². No entanto, precisamente nesse momento, o governo caiu diante de várias denúncias de corrupção. O presidente convoca novas eleições, pegando a direita de surpresa. A esquerda não repete os mesmos erros e apresenta uma frente unificada entre comunistas, socialistas e republicanos reformistas, chamada Frente Popular. Em fevereiro de 1936, vencem as eleições⁹³.

Com a vitória das esquerdas, presos políticos foram liberados e se inicia um processo, muitas vezes espontâneo, de reversão das ações tomadas pelo governo anterior. A conjuntura política e social, no entanto, se tornava cada vez mais violenta e radicalizada. Tanto os grupos de extrema direita como os da esquerda mais radical, intensificaram seus discursos e com frequência se envolviam em disputas violentas⁹⁴.

Gil Robles, líder da CEDA, e Franco tentam persuadir Portela Valladares, o primeiro ministro, a permanecer no cargo com o apoio do exército. Esse, no entanto, se nega. É aqui que, nas palavras de Paul Preston, “a direita abandonou toda pretensão de legalidade. [...] A partir desse momento, à direita só lhe interessava a destruição da República e não em participar dela. As conspirações militares iniciaram para valer.”⁹⁵

Os protagonistas da insurreição de julho serão os militares do exército, apoiados por partidos políticos e grupos civis⁹⁶. Em abril, entra em cena um dos principais personagens do golpe: o general Emilio Mola. Entre abril e julho, trabalhou, desde seu posto de governador militar de Pamplona, para organizar uma estratégia de revolta simultânea desde vários quartéis ao redor do país⁹⁷.

Sua proximidade com os carlistas, grupo monárquico militante, foi essencial pela capacidade de mobilização que tinham de seus apoiadores⁹⁸. Conseguiu também o apoio da Falange Española e dos generais Queipo de Llano e Miguel Cabanellas, já inimigos antigos da República⁹⁹.

⁹¹ *Ibid.*, p 19/20.

⁹² *Ibid.*, p. 20.

⁹³ *Ibid.*

⁹⁴ *Ibid.*, p. 20/21.

⁹⁵ PRESTON *op. cit.*, p. 201/202. Tradução livre do trecho “la derecha abandonó toda pretensión de legalidad. [...] A partir de ese momento a la derecha sólo le interesó la destrucción de la República, y no hacerse con ella. Las conspiraciones militares empezaron en serio.”

⁹⁶ ARÓSTEGUI, Julio. *La Guerra Civil Española: Cuadernos Historia* 16. 1997. p. 8.

⁹⁷ *Ibid.*, p 19/20.

⁹⁸ PRESTON *op. cit.*, p. 212.

⁹⁹ ARÓSTEGUI *op. cit.*, p. 21.

No entanto, apesar de ser reiteradamente pressionado por seus colegas, que esperavam que estivesse no corpo diretivo do golpe, Franco não se define como parte do grupo sublevado até poucos dias antes do golpe, causando a irritação de muitos de seus companheiros¹⁰⁰.

Na tarde de 17 de julho, os batalhões de Melilla, Tetuán e Ceuta, no Marrocos, se rebelam¹⁰¹. No dia seguinte, as insurreições se espalharam pela península. Na parte norte do país são vitoriosos na Galicia, Castilla y León, Navarra e em boa parte de Aragón. No sul, conquistam boa parte da Andaluzia, parte de Extremadura e Valencia. No entanto, a insurreição é frustrada nas duas cidades mais importantes do país: Madrid e Barcelona. Também permanecem leais à República o País Vasco, Cataluña e Astúrias, mais urbanizadas e com movimento operário mais forte¹⁰².

A guerra começou porque um levante militar contra a República minou a capacidade do Estado e do governo republicano de manter a ordem. A divisão do exército e das forças de segurança impediu a vitória da rebelião militar, bem como a realização de seu objetivo: a rápida tomada do poder. Mas, ao minar o poder governamental de manter a ordem, esse *coup d'état* se transformou na violência aberta sem precedentes empregada pelos grupos que o apoiaram e por aqueles que se opunham a ele. Era julho de 1936 e assim começou a Guerra Civil Espanhola.¹⁰³

O conflito espanhol durou três anos e deixou milhares de mortos. A historiografia sobre a guerra é vasta e nem sempre homogênea. Interpretada de várias formas, seus reflexos ainda hoje são sentidos no país. Resumir um conflito dessa dimensão é uma tarefa árdua, mas consideramos útil a divisão em fases, feita por Julio Aróstegui, levando em consideração primordialmente os aspectos militares do conflito.

Para Aróstegui, a primeira fase inicia com o estalar da guerra em julho de 1936 e se estende até março do ano seguinte. É o momento da “guerra de colunas”, caracterizada por grupos pequenos, bem armados e muito ágeis. É também uma guerra de milícias: a República dissolve o exército e recruta entre as organizações sindicais e políticas, enquanto o bando sublevado conta com as milícias falangistas e carlistas, além dos militares revoltosos¹⁰⁴.

Franco consegue, através de ajuda militar alemã e italiana, transportar as tropas do Marrocos para a Península, o que termina sendo peça importante no desenrolar da guerra,

¹⁰⁰ PRESTON *op. cit.*, p. 223.

¹⁰¹ *Ibid.*, p. 227.

¹⁰² ARÓSTEGUI *op. cit.*, p. 24.

¹⁰³ CASANOVA, Julián. A short history of the Spanish Civil War: Short histories series. 2021. p. 1. Tradução livre do trecho “The war began because a military uprising against the Republic undermined the ability of the State and the republican government to maintain order. The division of the army and security forces thwarted the victory of the military rebellion, as well as the achieving of their main objective: the rapid seizure of power. But by undermining the government’s power to keep order, this coup d’état was transformed into the unprecedented open violence employed by the groups that supported and those that opposed it. It was July 1936 and thus began the Spanish Civil War.”

¹⁰⁴ ARÓSTEGUI *op. cit.*, p. 18.

deixando os republicanos em desvantagem numérica¹⁰⁵. Por cinco meses, entre novembro e março de 1937, se luta pelo domínio de Madrid. Fazendo uso de milícias organizadas localmente e grande propaganda, os republicanos conseguem manter o domínio da cidade. A batalha de Guadalajara marca o fim do primeiro ciclo do conflito, sendo a última tentativa das forças franquistas de ganhar a guerra através do controle de Madrid.¹⁰⁶

Entre abril e maio de 1937 se inicia a segunda fase da guerra, que se estende até novembro do ano seguinte, marcada pelo final da batalha de Ebro¹⁰⁷. Apesar do relativo equilíbrio de forças entre republicanos e franquistas, ao longo desses vinte meses, a República vai paulatinamente perdendo espaço. A primeira grande derrota da República foi a perda de Vizcaya, Santander e Astúrias entre abril e outubro de 37. Com grande apoio de alemães e italianos, o bando sublevado consegue consolidar seu domínio no norte do país.¹⁰⁸

Com a conquista franquista da vertente sul do rio Ebro, a Cataluña, território republicano, fica isolada. A última grande batalha se dará ao redor desse mesmo rio, no norte do país: as tropas republicanas avançam, mas Franco lidera uma contra-ofensiva e vai lentamente ganhando território. No dia 28 de outubro, as Brigadas Internacionais, formadas por voluntários estrangeiros, abandonam a Espanha. No dia 15 do mês seguinte, as últimas tropas republicanas cruzam o rio.¹⁰⁹

A última fase do conflito é breve e de pouca atividade bélica. Em dezembro, Franco começa a ofensiva final na Cataluña: conquista Lérida, Tarragona e bombardeia Barcelona, que cai sem luta em 26 de dezembro.¹¹⁰

Em fevereiro, os republicanos se dividiam entre os partidários de tentar um acordo com Franco e os que esperavam contar com um conflito generalizado europeu, que já era iminente. No entanto, a Lei de Responsabilidades Políticas aprovada pelo general não abria espaço para acordos. As tropas rebeldes entram em Madrid no dia 28 de março e assim termina a Guerra Civil Espanhola.¹¹¹

O final da guerra, no entanto, não representou o fim da violência e do terror. A brutal repressão que se seguiu constitui elemento basilar do regime franquista. Antonio Calzado Aldaria e Mélanie Ibáñez Domingo, em artigo “*Dictadura franquista y violencia*”, resumem

¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 28/29.

¹⁰⁶ *Ibid.*, p. 30-32.

¹⁰⁷ *Ibid.*, p. 33.

¹⁰⁸ *Ibid.*

¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 34/35.

¹¹⁰ *Ibid.*, p. 35.

¹¹¹ *Ibid.*

algumas chaves interpretativas que já são consenso na historiografia especializada e que nos podem ajudar a entender a natureza da repressão franquista.

Primeiro, é necessário compreender que a violência foi um elemento estrutural, fundamental e basilar do franquismo, o que, de muitas formas, explica a sua longa duração. Também foi permanente, isto é, enquanto durou o regime, durou a violência. Não foi reativa nem limitada a eventos pontuais. Ao contrário, a repressão franquista foi, nas palavras dos autores já citados, “brutal, complexa e preventiva”, sempre atuando com um grau de violência a mais do que se consideraria necessário. Além disso, era versátil, adaptando-se às novas necessidades do regime¹¹².

Já em junho de 1936, começou a se estruturar um complexo sistema repressivo, que se intensificaram nos meses seguintes¹¹³. Apesar de existir alguma legislação adotada pelos sublevados para julgar a seus presos (o que não significa que fosse minimamente justa nem muito menos democrática), nos primeiros meses do conflito predominou uma violência à margem do aparato judicial, caracterizada principalmente por assassinatos. Os principais alvos foram membros do Partido Popular, militantes republicanos ou qualquer pessoa que fosse considerada “roja”¹¹⁴.

Os perpetradores, membros das forças de segurança, exército e paramilitares civis, tinham o aval dos dirigentes e bênçãos da igreja católica. Não se tratou, portanto, de uma violência espontânea ou desconhecida. Ao contrário, era uma política de estado¹¹⁵.

[...] o levantamento espanhol não é uma simples guerra civil, mas essencialmente uma cruzada pela religião, pela pátria e pela civilização, contra o comunismo [...]

Enrique Pla y Deniel, obispo de Salamanca, pastoral «Las dos ciudades: carta pastoral a los diocesanos de Salamanca», de 30 de setembro de 1936, em Enrique Pla y Deniel (1946-1951): Escritos pastorales, Editorial Acción Católica Española, vol. II, p. 126.¹¹⁶

Como já mencionamos, depois de finalizado o conflito, a repressão se intensificou. A *Ley de Responsabilidades Políticas*, de 1939 e a legislação de *Represión de la Masonería y el Comunismo*, de 1940, são alguns exemplos da jurisdição franquista criada para legitimar a

¹¹² ALDARIA, Antonio Calzado; DOMINGO, Mélanie Ibáñez. Dictadura franquista y violencia. In: MUÑOZ, Carlos Fuertes; MONSERRAT, David Parra (coord.). *La España reciente (c. 1931-c. 1982): Actualización para una educación crítica*. 2023. p. 163/164.

¹¹³ *Ibid.*, p. 168.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 168/169.

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 169.

¹¹⁶ PLA Y DENIEL apud ALDARIA, DOMINGO, p. 169. Tradução livre do trecho: “[...] el alzamiento español no es una mera guerra civil, sino que sustancialmente es una cruzada por la religión, por la patria y por la civilización, contra el comunismo [...]”.

Enrique Pla y Deniel, obispo de Salamanca, pastoral «Las dos ciudades: carta pastoral a los diocesanos de Salamanca», de 30 de septiembre de 1936, em Enrique Pla y Deniel (1946-1951): Escritos pastorales, Editorial Acción Católica Española, vol. II, p. 126.”

repressão. Além da continuidade das prisões e torturas, sanções econômicas, cerceamento da liberdade e punições retroativas eram comuns. Todos os funcionários públicos deveriam demonstrar sua lealdade ao regime e a Espanha viu milhares de pessoas fugirem do país em busca de refúgio no estrangeiro¹¹⁷.

Ainda, é necessário mencionar os aspectos não quantificáveis, como a marginalização econômica, a quebra das relações sociais e o ostracismo. Os únicos punidos não eram as pessoas que eram diretamente consideradas inimigas do regime, mas também suas famílias e entes queridos eram estigmatizados e perseguidos, não sendo incomuns os casos de tortura ou desaparecimento¹¹⁸.

Nas palavras de Aldaria e Domingo,

Entre outras coisas, a ditadura vigiou qualquer transgressão moral: proibiu ou restringiu o lazer e a sociabilidade, oprimiu as relações sexuais e afetivas fora do casamento católico entre meninos e meninas e sancionou a homossexualidade. Também censurou a mídia, a literatura e o cinema; ou buscou a uniformidade cultural em torno do castelhano, concebido como o único idioma da Espanha, reprimindo o uso público do catalão-valenciano, do basco ou do galego.¹¹⁹

¹¹⁷ ALDARIA, DOMINGO *op. cit.*, p. 171-177.

¹¹⁸ *Ibid.*

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 187. Tradução livre do trecho “Asimismo, la coerción y el control se extendieron mucho más allá de lo político. Entre otros, la dictadura vigiló cualquier transgresión moral: prohibió o restringió el ocio y la sociabilidad, oprimió las relaciones sexuales y afectivas fuera del matrimonio católico entre chicos y chicas o sancionó la homosexualidad. También censuró los medios de comunicación, la literatura o el cine; o pretendió la uniformidad cultural en torno al castellano, concebida como la lengua única de España, reprimiendo la utilización pública del catalán-valenciano, el euskera o el gallego. Por ello, estas páginas han sido solo una parte del retrato del binomio dictadura-violencia.”

CAPÍTULO 3 - PARALELOS E CONTRASTES: AS DITADURAS DE FRANCO E VARGAS

Durante a leitura dos dois últimos capítulos, o leitor certamente terá percebido algumas semelhanças entre os dois regimes, para além da sua coexistência. Neste capítulo, nos dedicaremos a analisar com mais profundidade as similitudes e diferenças entre o Estado Novo de Getúlio Vargas e a ditadura de Francisco Franco, bem como a relação entre os dois países entre os anos 1936 e 1945.

3. 1. *Franquismo e Estado Novo comparados*

São muitos os autores que compararam os dois regimes, mas aqui usaremos como base para nossas observações o trabalho da historiadora Gabriela de Lima Grecco, especificamente sua tese doutoral “*De la pluma como oficio a la pluma oficial: Estado y literatura durante los Nuevos Estados de Getúlio Vargas y Francisco Franco (1936-1945)*”. A autora percebe cinco principais elementos de semelhança entre o varguismo e o franquismo: o autoritarismo, o antiliberalismo e o anticomunismo, o nacionalismo e o culto ao líder. Também, aponta os principais elementos de divergência entre os dois regimes: o conceito de “raça”, a relação com a Igreja Católica e o catolicismo, o uso do passado e da história, a origem de cada regime e a relação com os movimentos fascistas nacionais¹²⁰. Começemos pelas semelhanças.

As duas ditaduras eram profundamente personalistas, onde a figura do líder era cultuada e concentrava muito poder. A criação da imagem de Franco como um Caudillo foi basilar para o franquismo. Franco era visto como o herói nacional, o único homem que poderia, com a ajuda de Deus, salvar o país e guiá-lo a seu destino. Sem nenhum mecanismo institucional de controle de seus poderes, tinha a palavra final em tudo. Nas palavras de Grecco, o mito do caudillo era a base de sustentação do regime, sendo “um projeto político franquista, um conceito consciente, artificialmente construído, destinado a dar forma a um discurso que condicionara a opinião pública e gerara consenso”¹²¹.

Já no Brasil, esse elemento estava presente na imagem de “pai dos pobres” dada a Getúlio Vargas. Também era visto como o homem que levaria o país para uma nova era, mas diferentemente de Franco, se apresentava como mediador entre o Estado e os trabalhadores, visando os interesses desses últimos¹²².

¹²⁰ GRECCO, Gabriela de Lima. *De la pluma como oficio a la pluma oficial: Estado y literatura durante los Nuevos Estados de Getúlio Vargas y Francisco Franco (1936-1945)*. Orientador: Juan Luis Pan-Montojo González e Luciano Aronne de Abreu. 2017. 601 p. Tese doutoral (Doutorado em História Contemporânea) - Universidad Autónoma de Madrid, Madrid, 2017. P. 5.

¹²¹ *Ibid*, p. 108/109.

¹²² *Ibid*, p. 109.

Cristina Souza da Rosa analisa como Vargas e Franco são representados nos noticiários estatais, o *Cinejornal Brasileiro* e o *NO-DO* espanhol. Seu principal foco são as imagens de cerimônias cívicas. Souza da Rosa afirma que tanto no *Cinejornal* como nos noticiários do *NO-DO*, os governantes eram filmados de baixo para cima, o que contribui para uma imagem de grandeza e superioridade. Os dois também eram retratados de forma destacada dos demais, inclusive quando estavam cercados de outros políticos. Franco, por exemplo, frequentemente era pôsto em cima de um pequeno tamborete¹²³.

A autora aponta que o uso desses planos, ajudam a criar a imagem de “grande herói nacional”: um salvador da Pátria, que sozinho consegue alavancar o país e salvá-lo dos perigos externos. Com isso, cria-se uma imagem quase que mística do governante¹²⁴.

Além das imagens, a narração era igualmente importante. E de acordo com a autora, os dois noticiários retratavam Franco e Vargas como homens que haviam salvado seus respectivos países do caos político e social, tendo como valores norteadores o trabalho, a ordem e a unidade nacional¹²⁵.

Além do próprio ditador, esses noticiários com frequência retratavam as multidões que atendiam às festas cívicas. Buscavam imagens que retratassem felicidade, harmonia e até euforia, desde que essa fosse direcionada ao governante. Essa multidão, como põe a autora, “também formava parte do teatro simbólico da construção da adesão”¹²⁶.

Além de retratar a união nacional, valor caro a ambos regimes, as imagens de uma multidão “única” e coesa simbolizavam a totalidade do chefe, que representa o povo como um todo e é o único capaz de atender suas necessidades. Para Vargas, isso era especialmente importante: como chegou ao poder combatendo um inimigo irreal, precisava mostrar-se como o “homem da ordem”, único que podia centralizar os desejos do povo¹²⁷.

Outro aspecto importante apontado por Souza da Rosa é o sorriso. Apesar de se tratarem de dois regimes autoritários, era importante apelar para o lado emocional da população. Ganhá-los pelo coração, por assim dizer. Dessa forma, as imagens dos governantes sorrindo ao concederem algum benefício social ou quando recebiam alguma medalha, os

¹²³ ROSA, Cristina Souza da. Una sonrisa cinematográfica: comparación entre las imágenes de Franco y Getúlio Vargas, en los noticiarios NO-DO y Cinejornal Brasileiro. La biografía fílmica: actas del Segundo Congreso Internacional de Historia y Cine, Espanha, 2. ed. p. 910-926, 2011. Congreso Internacional de Historia y Cine (2. 2011. Getafe). P. 11/12.

¹²⁴ *Ibid*, p. 11/12.

¹²⁵ *Ibid*, p. 12.

¹²⁶ *Ibid*, p. 13.

¹²⁷ *Ibid*, p. 13/14.

aproximava da população, que podia ver um lado mais “humanizado” dessa política autoritária¹²⁸.

Esse sorriso, no entanto, também mostrava o caráter paternalista autoritário dos dois ditadores. Como pais atentos aos seus filhos, ouviam os desejos de seu povo e os realizavam. Era uma política de “dar e receber”, buscando conseguir apoio popular¹²⁹.

Para Franco, especificamente, era importante mostrar uma imagem de homem da paz após o final da guerra. Também, seu sorriso contribuía para a imagem de caudillo que “manda legitimamente, manda carismaticamente e manda pessoalmente”¹³⁰. Por outro lado, as imagens de Vargas sorrindo ajudavam a contribuir para sua imagem de “Pai dos Pobres”¹³¹.

Em resumo, nas palavras de Cristina Souza da Rosa:

A análise dos cinejornais revela uma linguagem cinematográfica comum, na qual os elementos estéticos do cinema de propaganda política estavam presentes: a imagem da multidão, a figura das crianças como vítimas das atrocidades do inimigo, a representação do líder e o momento festivo e a criação do inimigo. [...]

A comparação dos cinejornais aponta para o caráter transnacional das ditaduras autoritárias-nacionalistas do período, que se inspiravam umas nas outras, mas mantinham suas especificidades. O processo transnacional das ditaduras de Franco e Vargas ainda pode ser identificado na construção da estrutura da propaganda, sem que isso implique uma cópia.¹³²

Também presente em ambos regimes é o nacionalismo. No regime de Vargas estava presente na busca e promoção do que seria a essência do brasileiro. O estado, fazendo uso das raízes culturais e da mestiçagem étnica-cultural do país, buscava negar os valores liberais e priorizar o princípio da autoridade na criação da identidade nacional, da brasilidade¹³³.

Já na Espanha, a nostalgia por um passado glorioso e a recuperação de seus símbolos caracterizou o nacionalismo franquista. Como no Brasil, também estava associado à negação do liberalismo e do comunismo, entendidos como ideologias estrangeiras¹³⁴.

Gabriela de Lima Grecco entende o antiliberalismo como o principal elemento da política das duas ditaduras, já que ambas consideravam que não havia espaço para essa

¹²⁸ *Ibid*, p. 14/15.

¹²⁹ *Ibid*, p. 15.

¹³⁰ LLORENTE HERNÁNDEZ apud ROSA (2011), p. 15.

¹³¹ ROSA *op. cit.*, p. 15/16.

¹³² *Ibid*, p. 16/17. Tradução livre do trecho: “El análisis de los noticiarios nos revela un lenguaje cinematográfico común, donde los elementos estéticos del cine de propaganda política estaban presentes: la imagen de la multitud, la figura de los niños como víctimas de las atrocidades enemigas, la representación del líder y del tiempo festivo y la creación del enemigo. [...]

La comparación de los noticiarios señala el carácter transnacional de las dictaduras autoritarias-nacionalistas del período, que bebían de los demás pero mantenían sus especificidades. El proceso transnacional de las dictaduras franquista y varguista puede ser identificada aún en la construcción de la estructura de propaganda, sin que eso implique una copia.”

¹³³ GRECCO *op. cit.*, p. 109.

¹³⁴ *Ibid*.

ideologia em suas nações recriadas. Atribuía ao liberalismo a fragmentação da sociedade e sua consequente perda da unidade, além do nascimento do capitalismo e das classes sociais¹³⁵.

As ditaduras de Franco e Vargas eram vistas como uma terceira via, nem liberalismo nem totalitarismo. Foram ditaduras antidemocráticas, repudiavam o parlamentarismo liberal, que muitas vezes contrapunham a um passado que era imaginado como ideal. Franco acreditava firmemente que o maior fracasso do liberalismo havia sido sua incapacidade em apoiar os interesses coletivos e a unidade espanhola. Uma de suas obsessões era eliminar o século XIX da história da Espanha, pois considerava o liberalismo implementado durante esse século como a fonte de todos os males do país. No Brasil, o antiliberalismo era um discurso dominante, enfatizando a importância do executivo em termos de centralização política e de um Estado forte que se oporia ao individualismo excessivo e ao partidismo político. Não é de surpreender que o “problema republicano” estivesse ligado a esse discurso em ambas as ditaduras. No Brasil, o republicanismo foi associado ao passado liberal brasileiro da Primeira República, à ideia de fragmentação nacional e ao fortalecimento das oligarquias locais e dos interesses individuais. No caso da Espanha, a Segunda República representou a ‘desunião nacional’, ‘a anti-espanha’, ‘a morte da verdadeira Espanha’, o caos social e político, além de significar a influência do inimigo externo (ou seja, os soviéticos).¹³⁶

Tão presente como o antiliberalismo, estava o anticomunismo. As consequências da Revolução de 1917 e o poder da União Soviética despertaram, ao mesmo tempo, medo e encanto em todo o mundo. A ideologia comunista era entendida pelos dois regimes como uma ameaça à ordem, à hierarquia e à religião, o que afetaria a união do país. A luta contra o inimigo comunista também serviu como forma de legitimar a implementação dos regimes autoritários, já que se fazia necessário um Estado centralizado e forte para garantir a paz e a ordem. A Guerra Civil Espanhola, nesse contexto, foi usada por Vargas como exemplo do que poderia acontecer no Brasil e para justificar a implantação do Estado Novo¹³⁷.

Ambas ditaduras tiveram na Igreja Católica uma aliada, ainda que a diferentes níveis. A Igreja, nos dois países, ajudou a moldar o comunismo como uma ideologia negativa a ser combatida e também contribuiu para a legitimação e manutenção dos regimes¹³⁸.

¹³⁵ *Ibid.*, p. 110/111.

¹³⁶ *Ibid.*, p. 111. Tradução livre do trecho: “Las dictaduras de Franco y Vargas eran vistas como una tercera vía, ni liberalismo ni totalitarismo. Fueron dictaduras antidemocráticas, de repudio al parlamentarismo liberal, que contraponían frecuentemente a un pasado que se imaginaba como ideal. Franco creía firmemente que el mayor fallo del liberalismo había sido no apoyar los intereses colectivos y la unidad española. Una de sus obsesiones era eliminar el siglo XIX de la historia española, ya que consideraba el liberalismo implementado durante este siglo como el origen de todos los males de la patria. En Brasil, el antiliberalismo fue un discurso dominante, en el cual se destacaba la importancia del Ejecutivo en términos de centralización política y de un Estado fuerte que se opondría al excesivo individualismo y partidismo político. No en vano, el «problema republicano» estuvo conectado a este discurso en ambas dictaduras. En Brasil, el republicanismo fue asociado al pasado liberal brasileño de la Primera República, a la idea de fragmentación nacional y de fortalecimiento de las oligarquías locales y los intereses individuales. En el caso de España, la II República representó «la desunión nacional», «la anti-España», «la muerte de la verdadera España», el caos social y político, así como significó la influencia del enemigo exterior (es decir, los soviéticos).”

¹³⁷ *Ibid.*, p. 111/112.

¹³⁸ *Ibid.*

No entanto, apesar dessas semelhanças, a relação entre Estado e Igreja foi essencialmente distinta nos dois países. Getúlio Vargas tinha formação positivista e estabeleceu uma relação instrumental com a Igreja: concedeu-lhe alguns privilégios, como o ensino religioso nas escolas públicas e a sacralidade do matrimônio, além de permitir certa autonomia no controle da imprensa e na educação, mas sem permitir que a influência dos religiosos fosse mais além. Dessa forma, o papel da Igreja no regime do Estado Novo foi importante, mas não decisivo. Todo o contrário no caso espanhol, onde “a relação entre Igreja e Estado foi ideologicamente intrínseca ao regime”¹³⁹.

O franquismo se considerava o herdeiro da Espanha dos reis católicos Isabel e Fernando, devido ao seu caráter missionário e aos valores católicos. O pensamento religioso forneceu ao franquismo uma base teórica coesa e unitária, tornando-se o centro vital do discurso de Franco após a Guerra Civil. A ideia de salvação da nação por meio da “recatolização” foi usada reiteradamente. Argumentou-se que o período de brilhantismo da história espanhola estava associado à tradição católica e tradicionalista. Poderíamos, portanto, falar da “sacralização da política”, ou seja, a formação de uma dimensão religiosa para a política e a conversão do Novo Estado como uma entidade sagrada, em termos de sua missão de reconquistar o espírito e restabelecer uma nova ordem por meio da religião. Nesse sentido, o discurso católico espanhol estava ligado ao pensamento religioso da Cruzada. Por meio desse simbolismo criado durante a guerra, o poder pessoal do Caudillo foi legitimado pelos princípios de ordem, hierarquia e obediência em uma sociedade vista como “orgânica”.¹⁴⁰

Outro ponto de diferenciação entre os dois regimes é a sua origem. O Estado Novo se estabelece no Brasil através de um golpe militar em 1937. Por sua vez, o golpe de estado planejado para o dia 18 de julho na Espanha falha, dando início a uma sangrenta guerra civil, como visto no capítulo anterior. O franquismo, regime construído durante a guerra, irá manter em sua ideologia a mentalidade bélica e a separação categórica entre “vencedores” e “vencidos” até os anos finais da ditadura¹⁴¹.

Apesar do nacionalismo ser um ponto em comum entre os dois regimes, a identidade nacional e, principalmente, a noção de *raça* eram divergentes. Na Espanha, o conceito de *raça*

¹³⁹ *Ibid*, p. 113.

¹⁴⁰ *Ibid*, p. 113. Tradução livre do trecho: “El franquismo se consideraba a sí mismo como heredero de la España de los Reyes Católicos Isabel y Fernando, por su carácter misional y por sus valores católicos. El pensamiento religioso aportó al franquismo una base teórica cohesionada y unitaria, situándose en el centro neurálgico del discurso de Franco tras la Guerra Civil. La idea de salvación de la nación a través de la «recatolización» fue usada de forma reiterada. Se argumentaba que el período de brillantez de la historia española se hallaba asociada a la tradición católica y tradicionalista. Podríamos hablar, por lo tanto, de la «sacralización de la política», es decir, de la formación de una dimensión religiosa de la política y de la conversión del Nuevo Estado como entidad sagrada, en cuanto a su misión de reconquista del espíritu y de reinstauración de un nuevo orden a través de la religión. En este sentido el discurso católico español estuvo conectado al pensamiento religioso de la Cruzada. A través de esta simbología creada durante la contienda se produjo la legitimación del poder personal del Caudillo mediante los principios de orden, de jerarquía y de obediencia en una sociedad vista como «orgánica».”

¹⁴¹ *Ibid*.

estava ligado ao catolicismo e a história do país, conectado à ideia do que seria o ser espanhol, em um sentido quase espiritual. Já no Brasil, de acordo com Grecco, “a raça se relacionava com os instintos das massas e das elites que, por sua vez, transformariam esses sentimentos em ideias e políticas para o Estado-nação”¹⁴². Também se relacionava à busca pela essência do brasileiro, muitas vezes vinculada à imagem do mestiço¹⁴³.

Por sua vez, o passado imperial dos dois países foi usado tanto por Vargas como por Franco como referente histórico e cultural, trazendo para o presente elementos da história nacional que serviam para legitimar o regime. Vargas buscava recuperar o projeto de centralização política de Dom Pedro II, colocando-se como o homem que seria capaz de unificar todo o país. Já Franco rememorava a Espanha da reconquista e dos Reis Católicos, que simbolizavam a grandeza do império espanhol e a luta contra os infieis¹⁴⁴. Nas palavras de Grecco:

Nesse sentido, e apesar das diferenças, os Reis Católicos e o monarca Dom Pedro forneceram um patrimônio ideológico-simbólico para o ideal de unidade de ambos os estados: centralismo, a ideia de nação, a unidade política, linguística, cultural e racial, e a religião católica como base da identidade coletiva nacional (esta última, especialmente no caso espanhol).¹⁴⁵

Assim, percebemos que, apesar dos dois governantes buscarem, de alguma forma, legitimar seus poderes através de uma herança imperial, no caso espanhol a nostalgia por um momento glorioso do passado era muito mais forte. Franco gostaria de voltar a um momento de esplendor na história da Espanha, ao mesmo tempo que colocava a si mesmo ao lado dos Reis Católicos ao lutar contra os infieis do seu tempo.

Outro ponto de divergência importante entre os dois governos foi a relação estabelecida com os movimentos fascistas autóctones, nomeadamente a Ação Integralista Brasileira e a Falange. Enquanto no Brasil, a AIB é reprimida após o golpe do Estado Novo, a Falange desempenha um papel determinante, ainda que não protagonista, na Guerra Civil e no regime franquista¹⁴⁶.

¹⁴² *Ibid*, p. 114.

¹⁴³ *Ibid*.

¹⁴⁴ *Ibid*, p. 115/116.

¹⁴⁵ *Ibid*, p. 116. Tradução livre do trecho: “En este sentido, y a pesar de las diferencias, los Reyes Católicos y el monarca Don Pedro proporcionaron un patrimonio ideológico-simbólico para el ideal de unidad de ambos Estados: el centralismo, la idea de nación, la unificación política, lingüística, cultural y racial, y la religión católica como cimiento de la identidad colectiva nacional (esta última, sobre todo en el caso español).”

¹⁴⁶ *Ibid*, p. 184.

3.2. *Censura e propaganda*

Durante o Terceiro Reich, o uso da propaganda para fins políticos chegou a níveis ainda não antes alcançados. Em discurso, Hitler chegou a afirmar que “a propaganda nos levou ao poder, a propaganda nos permitiu manter o poder até hoje; a propaganda também nos dará a possibilidade de conquistar o mundo”¹⁴⁷. Por sua vez, tanto no Estado Novo como no Franquismo, a propaganda era vista como forma de doutrinar a população, disseminando os valores defendidos pelos líderes. Por isso, os dois ditadores, desde o princípio de seus governos, buscaram estruturar um corpo censor que atuasse em prol dos interesses de cada regime.

Em 1930, quando chega ao governo, Vargas cria o Departamento Oficial de Publicidade. Neste momento, não controlava a imprensa, mas já se percebe uma preocupação com a propaganda estatal. Em 1934, foi substituído pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), inspirado em modelos nazi-fascistas. Em 1938, já após o golpe, veio o Departamento Nacional de Propaganda (DNP), que por sua vez foi substituído pelo famoso Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939. Com cada órgão, o governo ia exercendo mais controle sob os meios de comunicação e controlando o que era publicado pela imprensa¹⁴⁸.

O DIP, como guardião da imagem de Getúlio Vargas, deveria organizar todos os eventos cívicos e rituais varguistas. Também produziam o Cinejornal Brasileiro, que era exibido nos cinemas de todo o país. Tinha o objetivo de doutrinar a população com os valores do novo regime e fazer propaganda dos feitos do governo. Levando em consideração que a maioria da população do Brasil nesse momento era analfabeta, o Cinejornal e a rádio foram os principais meios de propaganda usados pelo Estado Novo¹⁴⁹.

Em junho de 1938, ainda durante a Guerra Civil, era exibido o primeiro número do Noticiario Español, jornal de propaganda franquista. Manteve-se até 1941 e foi substituído pelo NO-DO (Noticiarios y Documentales) no ano seguinte. Vinculado a Vicesecretaría de Educación Popular de FET y de las JONS, tinha função propagandística e ideológica. Como no Brasil, era exibido obrigatoriamente em todos os cinemas do território espanhol. Pode-se afirmar que Franco, ao criar o NO-DO seguiu os passos de Mussolini, primeiro governante europeu a criar órgãos e políticas públicas específicos para a propaganda política e cinema¹⁵⁰.

¹⁴⁷ HITLER apud PINEDA, p. 152. Tradução livre do trecho: “la propaganda nos ha llevado hasta el poder, la propaganda nos ha permitido conservar desde entonces el poder; también la propaganda nos concederá la posibilidad de conquistar el mundo”.

¹⁴⁸ ROSA *op. cit.*, p. 4/5.

¹⁴⁹ *Ibid*, p. 4-6.

¹⁵⁰ *Ibid*, p. 7-9.

Como fica claro, tanto o Franquismo como o Estado Novo investem em mecanismos de censura, buscando formar ideologicamente a população e legitimar o regime. No Brasil, a censura era feita a posteriori pelo Departamento de Imprensa e Propaganda e pela polícia política. Seus esforços estavam voltados principalmente para a imprensa, os jornalistas e determinados grupos políticos. Já na Espanha, existiu um aparato muito mais organizado, burocrático e amplo. A censura era principalmente prévia, e diferentemente da brasileira, que estava preocupada principalmente com a questão política, os censores espanhóis também trabalhavam para que os textos e outras formas de mídia se adequassem a uma série de valores religiosos e morais¹⁵¹.

Essas diferenças geraram algumas distinções na relação escritor-leitor em cada país. Na Espanha, estavam mediadas pelo medo da censura, impondo uma autocensura mais forte por parte do escritor. Já no Brasil, os escritores precisaram tomar cuidado para não chamar a atenção da polícia política¹⁵².

No Brasil, os escritores foram capazes de articular formas de infiltração nos espaços de poder, além de criar redes de proteção. Através dessas estratégias, bem como suas próprias redes de amizade e cumplicidade, puderam resistir à censura varguista. Já na Espanha, a clara e sempre presente divisão entre vencedores e vencidos não os permitiu aceder às posições de tomada de decisão. Isso não significou, no entanto, que não faziam uso de outras estratégias para burlar a censura: além da busca por proteção interna, apelavam para a empatia e a tentativa de compreensão¹⁵³.

Os temas proibidos por excelência eram as críticas ao governo ou a figuras políticas e as ideologias tida como estrangeiras (vistas como alheias à *hispanidad* ou à *brasilidade*). Também, não agradavam os censores as obras de realismo, que retratavam seus personagens em um contexto mais realista, do dia a dia, com uma linguagem direta¹⁵⁴.

As notícias da Guerra Civil Espanhola também foram censuradas na imprensa brasileira. A política de não intervenção adotada por Vargas impedia a publicação de notícias de vitórias republicanas mas permitia (e incentivava e manipulava) todas as manchetes que retratavam o avanço franquista¹⁵⁵. Nas palavras de Eliane Venturini,

É claro que as publicações refletiam a posição política dos jornais e as ações dos censores, por isso a maioria das notícias era favorável à causa rebelde e exaltava Franco. Mesmo que os textos fossem uma tradução dos relatórios

¹⁵¹ GRECCO *op. cit.*, p. 322-326.

¹⁵² *Ibid*, p. 323.

¹⁵³ *Ibid*, p. 324.

¹⁵⁴ *Ibid*, p. 325/326.

¹⁵⁵ VENTURINI, Eliane. La Guerra Civil Española en la prensa brasileña (1936-1939). *Cuadernos de Historia Contemporánea*, v. 46, n. 2, p. 361-380, 5 sep.2024. P. 365.

das agências internacionais, que tentavam mostrar imparcialidade em seus relatos, as manchetes - que eram definidas sob a responsabilidade dos editores dos jornais - na maioria das vezes chamavam genericamente os republicanos de “comunistas”, “vermelhos” ou “defensores do Komintern”. A parcialidade no resumo das notícias é explícita, como no caso de uma manchete que afirmava - em letras bem destacadas - que “em um esforço desesperado para deter o avanço nacionalista, o governo espanhol usa gases asfixiantes”, mas essa informação provavelmente foi criada pelo governo de Burgos, porque nada disso é citado entre os outros relatórios das agências internacionais publicados na mesma edição.

Fica muito claro que havia interesse em chamar a atenção do leitor para os horrores da guerra e para a “ameaça comunista”, refletindo a apreensão do governo brasileiro com o que estava acontecendo em seu território. As fotos publicadas mostravam a destruição de cidades e os corpos das vítimas sem nenhum pudor. Obviamente, isso visava garantir a venda dos exemplares, pois despertava a curiosidade das pessoas. Além das fotos, também foram publicados mapas detalhando os avanços das tropas rebeldes e a resistência dos leais. Os editoriais glorificavam os ideais dos rebeldes e depreciavam praticamente tudo que dizia respeito aos republicanos.¹⁵⁶

Além disso, é interessante perceber que nem tudo o que era aprovado em um país seria bem recebido no outro. Especificamente, vários livros aprovados pela censura do Brasil foram visto com maus olhos pela censura espanhola, muitas vezes por serem considerados pornográficos¹⁵⁷.

A Igreja Católica também desempenhava um papel censor, principalmente na Espanha, onde contava com sacerdotes no aparato estatal e censura. Nos dois países a Igreja circulava revistas da Ação Católica de grande protagonismo. Enquanto na Espanha, a Ecclesia fazia uma espécie de censura a priori, ao condenar obras que haviam passado pela censura estatal, a A Ordem brasileira tentava guiar seus leitores à obras recentemente publicadas¹⁵⁸.

¹⁵⁶ *Ibid*, p. 367/368. Tradução livre do trecho: “Por supuesto que las publicaciones reflejaban el posicionamiento político de los periódicos y la actuación de la censura, por eso la mayoría de las noticias eran favorables a la causa rebelde y exaltaban a Franco. Aunque los textos fuesen una traducción de los informes de las agencias internacionales, que intentaban mostrar imparcialidad en sus relatos, los titulares —que fijaban bajo responsabilidad de los directores de los periódicos— en su mayoría llamaban genéricamente a los republicanos “comunistas”, “rojos” o “defensores del Komintern”. La parcialidad en el resumen de las noticias es explícita, como es el caso de un titular que afirmaba —en letras muy prominentes— que “en un esfuerzo desesperado para detener el avance nacionalista, el gobierno español utiliza gases asfixiantes”, pero esa información muy seguramente fue creada por el gobierno de Burgos, porque nada de eso es citado entre los otros informes de las agencias internacionales publicadas en la misma edición.

Es muy nítido que había un interés en llamar la atención del lector por los horrores de la guerra y para la “amenaza comunista”, reflejando la aprehensión del gobierno brasileño en relación con lo que ocurría en su territorio. Las fotos publicadas mostraban la destrucción de las ciudades y los cuerpos de las víctimas sin ningún pudor. Obviamente que eso debía garantizar la venta de los ejemplares, pues despertaba la curiosidad de la gente. Además de las fotos, también eran publicados mapas detallando los avances de las tropas rebeldes y la resistencia de los leales. Los editoriales glorificaban los ideales de los rebeldes, y depreciaban prácticamente todo lo concerniente a los republicanos.”

¹⁵⁷ GRECCO *op. cit.*, p. 326.

¹⁵⁸ *Ibid*.

3.3. *Relações diplomáticas*

Nos anos iniciais da década de 30, as relações diplomáticas entre Brasil e Espanha se mantinham cordiais. Comercialmente, se buscava estreitar laços com a Espanha, visto que a balança comercial entre os dois países era, na maior parte do tempo, positiva para o Brasil, sendo o café o principal produto de exportação¹⁵⁹. Politicamente, no entanto, os relatórios produzidos pela Embaixada do Brasil demonstram o desagrado com o governo espanhol, principalmente pelas reformas sociais implementadas, associadas à esquerda¹⁶⁰.

Ainda antes de 1936, as relações entre os dois países já se viram abaladas. Em 1935, a prisão de Luís Carlos Prestes causou revolta em organizações sindicais, estudantis e trabalhistas na Espanha. Aproveitando a comoção, Leocádia Prestes e Lygia Prestes, respectivamente mãe e irmã de Luis Carlos, lideraram grande campanha política internacional pela libertação de Prestes e retratação do governo brasileiro. Em uma Espanha agitada politicamente, grandes nomes se envolveram na questão Prestes. Juan Casanovas, presidente do Parlamento Catalão, e Dolores Ibárruri, na época deputada pelo Partido Comunista, participaram de um dos comícios em prol de Prestes¹⁶¹.

Vários deputados espanhóis, inclusive Largo Caballero, que viria a ser Primeiro Ministro logo após o início da Guerra Civil, enviaram um telegrama a Vargas pedindo a libertação do “Cavaleiro da Esperança”, o que foi interpretado pelo governo brasileiro como uma tentativa de interferência. Isso contribuiu para a crescente desconfiança com os partidários da república espanhola¹⁶².

Nesse momento, os ofícios e relatórios mensais enviados desde a Embaixada na Espanha, relataram as constantes ameaças à representação brasileira, que chegou a ser alvo de tiros. O governo espanhol, visando prezar pela relação entre os dois países, reforçou a segurança da Embaixada após pedido do embaixador¹⁶³.

A postura oficial adotada pelo governo brasileiro durante a guerra foi de neutralidade. No entanto, uma parte considerável da elite política do país estava claramente mais próxima de Franco que da República ideologicamente. Por exemplo, o ministro de Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares, foi bastante insistente na necessidade de o Brasil colocar-se ao lado dos rebeldes publicamente. Entretanto, como mostra correspondência

¹⁵⁹ SOUZA, Ismara Izepe de. *Caminhos que se cruzam: relações históricas entre Brasil e Espanha (1936-1960)*. Orientadora: Maria Luiza Tucci Carneiro. 2009. 317 p. Tese de doutorado (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. P. 42/43.

¹⁶⁰ *Ibid*, p. 34.

¹⁶¹ *Ibid*, p. 45-47.

¹⁶² *Ibid*, p. 49.

¹⁶³ *Ibid*, p. 45-46.

trocada entre Oswaldo Aranha, que assume o Itamaraty em 1937 depois de trabalhar como embaixador nos EUA, e Getúlio Vargas, o presidente adotava uma postura precavida, preferindo esperar uma posição dos Estados Unidos na tentativa de coordenar a política externa brasileira com a de outros países americanos, tendo os EUA como líder¹⁶⁴.

A posição oficial de neutralidade brasileira não impediu algumas demonstrações claras de apoio aos rebeldes: poucos meses depois de iniciada a guerra, o governo realiza doação de alimentos de forma sigilosa a zona nacionalista¹⁶⁵. Em carta direcionada ao “Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Brasil”, Franco agradece a doação e concorda em mantê-la em segredo:

Con la mas viva satisfacción me he enterado de su noble y generoso rasgo de donar para las tropas nacionales que luchan en defensa de España y de la civilización contra las hordas marxistas, importantes cantidades de azucar y de café.

En nombre de la España Nacional, tan estrechamente ligada por vínculos espirituales y afectivos a esa Gran República que V. E. tan digna y acertadamente preside, le doy las más rendidas gracias, esperando poder en su día tributar publicamente al Brasil y a V.E. el homenaje de gratitud y admiración que tan hidalgo proceder merece.

Por el momento y cumpliendo los deseos de V.E., tan importante donativo será mantido dentro de la más estricta reserva hasta que las circunstancias permitan darlo a la publicidad y entonces todo el pueblo español pueda agradecerlo.¹⁶⁶

No que concerne o corpo diplomático, depois de 18 de julho, a maioria dos diplomatas espanhóis no Brasil opta por apoiar o bando rebelde¹⁶⁷. Nesse contexto, era comum que as representações espanholas oficiais passassem a conviver com representações oficiosas rebeldes, posto que o governo brasileiro não proibía seu funcionamento, ao contrário, permitia que tivessem acesso inclusive ao Itamaraty¹⁶⁸.

Fernando Morales Llamas, encarregado de negócios da Espanha, sofreu para tentar demonstrar para o governo brasileiro que as movimentações civis em prol dos republicanos não significavam interferência na política interna do país. Em São Paulo, imigrantes espanhóis criam uma comissão de apoio à república, visando enviar fundos para a Espanha. No entanto, não sobrevivem mais do que alguns meses, sendo fechada pela DEOPS de São Paulo¹⁶⁹.

¹⁶⁴ *Ibid*, p. 52-54.

¹⁶⁵ *Ibid*, p. 55.

¹⁶⁶ Carta de Francisco Franco, “El jefe del Estado y general en jefe del Ejército Nacional” para Getúlio Vargas. Salamanca, 29 out. 1936. Arquivo Getúlio Vargas (GV 36.10/1 XXIV – 44). CPDOC/FGV

¹⁶⁷ SOUZA *op. cit.*, p. 66.

¹⁶⁸ *Ibid*, p. 67.

¹⁶⁹ *Ibid*, p. 68/69.

A chegada de Andres Rodriguez Barbeito como vice-cônsul em São Paulo causou agitação entre a comunidade espanhola no Brasil. Era um republicano de muita influência e atuava em prol da República com uma postura que ultrapassava o papel consular, o que levou o governo brasileiro a abrir um processo administrativo contra ele. Terminou sendo expulso do país no final de 1937. Esse incidente é apenas um dos muitos exemplos da preferência de Vargas e da elite política brasileira pelos ideais nacionalistas¹⁷⁰.

Ao mesmo tempo, durante a Guerra Civil, o número de pessoas que acudiam aos órgãos de representação do Brasil na Espanha em busca de asilo cresceu exponencialmente. Eram, em sua maioria, espanhóis com dupla cidadania¹⁷¹.

Depois da guerra, entre 1939 e 1940, o número de pedidos de repatriação continuava a subir. Muitos dos espanhóis nascidos no Brasil haviam sido forçosamente incorporados ao Exército Republicano e esses casos provaram ser bastante complicados, já que a política do governo Vargas era negar a entrada de indivíduos que fossem associados à República espanhola, considerados indesejáveis e “subversivos” em potencial. Não havia interesse em separar as pessoas que realmente acreditavam nos ideais republicanos ou as que simplesmente foram forçosamente incorporadas às linhas do exército nacional¹⁷².

Entre 1938 e 1939, a repatriação dos brasileiros que lutaram como voluntários nas Brigadas Internacionais¹⁷³ tornou-se uma das principais preocupações do Itamaraty¹⁷⁴. Ao todo, foram contabilizados 41 combatentes brasileiros nas Brigadas, dos quais 16 já estavam na Espanha ou entraram por Portugal¹⁷⁵. Dos 25 homens que atravessaram o Atlântico, a maioria tinha experiência militar e havia participado do Levante Comunista de 1935. Aqueles que foram presos depois do Levante acabaram beneficiados pela chamada “macedada” — uma política do então Ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares, que concedia liberdade aos presos políticos sem condenação. Em liberdade, muitos seguiram para a Espanha, clandestinamente ou em exílio, frequentemente com o apoio do Partido Comunista dos Estados Unidos, que, com mais recursos financeiros que o brasileiro, podia custear as viagens¹⁷⁶.

¹⁷⁰ *Ibid*, p. 69/70.

¹⁷¹ *Ibid*, p. 89.

¹⁷² *Ibid*, p. 105/106.

¹⁷³ No contexto de internacionalização do conflito espanhol, as Brigadas Internacionais eram formadas por voluntários estrangeiros que haviam ido à Espanha lutar pela República.

¹⁷⁴ SOUZA *op. cit.*, p. 107/108.

¹⁷⁵ GIMÉNEZ, Esther Gambi. Brigadistas internacionales: brasileños en el frente durante la Guerra Civil Española. In: GUTIERREZ, Horácio et al, (org.). *A Guerra Civil Espanhola e a América Latina*. São Paulo: PROLAMEPAL/USP, CEDHAL/USP, ECA-USP, Terceira Margem, 2018. p. 59-68. ISBN 978-85-7921-101-0. P. 64.

¹⁷⁶ *Ibid*, p. 65.

Em setembro de 1938, o presidente de governo espanhol, Juan Negrín, aceita, a pedido da Sociedade das Nações, retirar todos os estrangeiros que estivessem lutando pela República na Espanha, numa tentativa de acabar com o embargo de armas. Com isso, as Brigadas Internacionais são dissolvidas e os brasileiros voluntários são enviados para os campos de concentração franceses de Argelés-sur-Mer e Saint Cyprien, com exceção de Roberto Morena, que atuava como comissário político e havia ido para a União Soviética. Os que não tinham pendências com o governo brasileiro aceitaram a repatriação, enquanto o grupo restante foi transferido para o campo de Gurs, onde permaneceram até o início da Segunda Guerra¹⁷⁷.

Em março de 1939, a Polícia Política do Rio de Janeiro envia para a DEOPS de São Paulo uma lista com os nomes dos “brigadistas brasileiros”, pedindo uma maior vigilância dos portos, para que esses indivíduos não chegassem clandestinamente no Brasil¹⁷⁸.

Carlos da Silveira Martins Ramos, que havia recebido o cargo de encarregado de negócios do Brasil na Espanha em fevereiro de 1938 tenta resolver a questão dos brigadistas. Ainda que a documentação diplomática não permita conhecer o destino desses homens, é possível perceber como a diplomacia brasileira dificultou a volta dos brigadistas ao Brasil, devido à sua associação com a República espanhola¹⁷⁹.

Com o fim das Brigadas Internacionais e o desenrolar da guerra em 1938, a vitória franquista já se intuía. Nesse contexto, os elementos mais conservadores do governo brasileiro começam a pressionar para um rápido reconhecimento do governo de Burgos. Ainda em 1938 o Ministério das Relações Exteriores comunica à Embaixada brasileira em Barcelona a intenção de posicionar um agente oficial de representação no governo sublevado, como já faziam outros países. O encarregado de negócios no país, Martins Ramos, se posiciona enfaticamente contra tal medida, afirmando que os interesses econômicos brasileiros eram mínimos nas áreas controladas por Franco, e não justificariam a aliança com um governo que se inspirava no nazi-fascismo alemão e italiano. Argumenta também usando as vítimas do conflito, apontando como o exército rebelde desrespeitava as leis de guerra e punia civis inocentes¹⁸⁰.

¹⁷⁷ *Ibid*, p. 66. Não foi apenas do lado republicano que brasileiros lutaram como voluntários. Aponta-se para a participação de onze brasileiros no exército franquista, quase todos de sobrenomes espanhóis. Para mais informações consultar VENTURINI, Eliane. *¡Arriba España!: Brasileiros no exército de Franco*. In: GUTIERREZ, Horácio et al, (org.). *A Guerra Civil Espanhola e a América Latina*. São Paulo: PROLAMEPAL/USP, CEDHAL/USP, ECA-USP, Terceira Margem, 2018.

¹⁷⁸ SOUZA *op. cit.*, p. 108.

¹⁷⁹ *Ibid*, p. 109-111.

¹⁸⁰ *Ibid*, p. 115/116.

Além de Martins Ramos, um dos poucos personagens do corpo diplomático brasileiro que se manifestava frente aos horrores franquistas, outro personagem que freou o reconhecimento precoce do governo de Burgos foi Oswaldo Aranha.

Nesse momento na chefia do Ministério de Relações Exteriores, Aranha sempre buscou manter a política externa brasileira alinhada aos Estados Unidos, principalmente nos temas europeus. Era um grande defensor da solidariedade pan-americana, o que não dependia, no entanto “da adesão aos princípios democráticos ou mesmo à aceitação de um regime político (a liberaldemocracia), mas somente da adesão e fidelidade a um centro hegemônico”¹⁸¹.

Em agosto de 1938, Martins Ramos solicita a Oswaldo Aranha ajudas para a população civil em zonas republicanas. Usando um argumento que sabia que convenceria o ministro, afirma que foi informado da doação de excedentes de trigo estadunidense ao governo republicano. Argumenta sobre a necessidade da doação brasileira, que já havia sido solicitada meses antes, para ajudar no grave problema de abastecimento que acometia a zona republicana¹⁸².

Além do pedido de Martins Ramos, Oswaldo Aranha recebe também a cópia de um telegrama de Cordell Hull, secretário de Estado dos EUA, pedindo que o Brasil envie doações de café para a Espanha. Assim, seguindo orientação dos Estados Unidos e buscando manter a política externa alinhada a esse país, o Brasil envia, de acordo com informações da diplomacia espanhola, dez mil sacos de café para o bando republicano em novembro de 1938¹⁸³.

Ao fim e ao cabo, o Brasil reconhece o governo franquista em março de 1939, já com a certeza de que a vitória nacionalista viria em pouco e seguindo os Estados Unidos e outros países europeus¹⁸⁴.

Com a vitória rebelde concretizada e o governo de Franco reconhecido, as relações diplomáticas entre Espanha e Brasil se estreitam, dada às semelhanças ideológicas entre os dois governos, principalmente no que concerne ao anticomunismo e o rechaço ao governo da segunda República¹⁸⁵. Em julho de 1939, o Brasil doa cerca de 4 mil sacas de café ao governo espanhol, fato que é noticiado na mídia espanhola como um “presente” do Brasil à Franco¹⁸⁶.

¹⁸¹ MOURA apud SOUZA (2009), p. 113.

¹⁸² SOUZA *op. cit.*, p. 114.

¹⁸³ *Ibid*, p. 115.

¹⁸⁴ *Ibid*, p. 118.

¹⁸⁵ *Ibid*, p. 121.

¹⁸⁶ *Ibid*, p. 124.

No ano seguinte, a Embaixada brasileira buscou reforçar as afinidades ideológicas entre os dois governos. Foi estampada na primeira página do jornal *ABC* a entrevista concedida por Abelardo Roças¹⁸⁷, então embaixador, onde elogia Franco e aponta para as semelhanças entre o governo de Vargas no Brasil e as “potências totalitárias” europeias¹⁸⁸.

Durante o franquismo, a ideia de “hispanidade” foi retomada com muita força. O dia 12 de outubro, data que marca a chegada de Colombo nas Américas, foi estabelecido como feriado nacional: o *día de la Raza*. Essa ideia, relacionada ao passado imperial espanhol, era usada para legitimar “a ideia de que o *Caudillo* resgataria para a Espanha a posição hegemônica no cenário europeu, tal qual nos séculos XVII e XVIII”¹⁸⁹.

Nesse contexto, a presença da Falange Espanhola em diversos países latinoamericanos foi essencial para a política externa franquista. Se durante os anos da Guerra Civil, as filiais do partido se encarregaram de distribuir propaganda franquista, terminada a guerra, passaram a semear um discurso de “supranacionalidade hispânica”, baseada na língua castelhana como o “sangre del espíritu”¹⁹⁰.

A primeira célula falangista no Brasil surgiu em 1937 no Rio de Janeiro, graças a atuação de diplomatas espanhóis que haviam abandonado seus postos e começado a trabalhar para o bando sublevado. Estes diplomatas, entre outras coisas, fundaram um núcleo da Falange, com o objetivo de arrecadar donativos para o exército. Esses núcleos se expandiram rapidamente em cidades com um número significativo de imigrantes espanhóis, notadamente Porto Alegre, São Paulo e Santos¹⁹¹.

O principal problema enfrentado pela Falange no Brasil era o número de filiados, posto que a maioria dos imigrantes espanhóis no país era adepto à República e estava vedada a filiação de espanhóis nascidos no Brasil. Apesar disso, conseguiram enviar donativos em cigarros, comida e dinheiro para o exército franquista, bem como criar um pequeno jornal, o *Notas de Espanha*, que circulava entre os círculos falangistas¹⁹².

Em abril de 1938, o governo de Vargas baixa um decreto que proíbe os estrangeiros de praticarem atividade política, incluindo a organização em partidos. Apesar do decreto ter significado um duro golpe à Falange, há vários documentos que indicam a continuação de

¹⁸⁷ Ismara Izepe de Souza também observa na documentação diplomática uma relação íntima entre Abelardo Roças e Serrano Suñer, braço direito de Franco. Observar SOUZA, Ismara Izepe de. Caminhos que se cruzam: relações históricas entre Brasil e Espanha (1936-1960). Orientadora: Maria Luiza Tucci Carneiro. 2009. 317 p. Tese de doutorado (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. P. 128/129.

¹⁸⁸ SOUZA *op. cit.*, p. 126.

¹⁸⁹ *Ibid*, p. 134.

¹⁹⁰ *Ibid*, p. 134/135.

¹⁹¹ VENTURINI, Eliane. FALANGE ESPANHOLA NO BRASIL. *Revista Ponto de Vista*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 55–62, 2020. P. 59.

¹⁹² *Ibid*, p. 60.

suas atividades, como documentação diplomática referente à nomeação de um novo chefe do partido em 1940. Também em 1951, a presidente da Seção Feminina viaja para a Espanha para participar do Congresso Feminino Ibero-americano. A partir daí, é difícil saber o que aconteceu com as filias falangistas no Brasil. Muito provavelmente, como as outras filiais da Falange no estrangeiro, se extinguiram aos poucos¹⁹³.

¹⁹³ *Ibid*, p. 61/62.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória política de Getúlio Vargas até o golpe de 1937 já revelava sua clara tendência autoritária. A implementação de um regime autoritário, baseado em um plano fraudulento, apenas intensificou a repressão, a censura e a propaganda política. Enquanto isso, na Espanha, encontramos na carreira militar de Franco os valores que ele perpetuou durante seu longo governo: a utilização da repressão e do terror como ferramentas de controle, uma mentalidade belicista que dividia a sociedade entre vencedores e vencidos, e uma convicção inabalável na legitimidade de seu poder.

Na primeira metade do século XX e especialmente nos anos 30, era quase impossível escapar da influência fascista. Ainda que não se tornasse a ideologia política hegemônica, o fascismo deixava suas marcas e influência no cenário político: as direitas se reformularam e adotaram novas soluções autoritárias. No Brasil, apesar da posição de neutralidade perante a Guerra Civil Espanhola, a maior parte da elite política estava alinhada aos ideais rebeldes e, não raramente, aos ideais fascistas. Na Espanha, por sua vez, o partido fascista Falange representou papel central durante a guerra e construção do regime.

No presente trabalho, procuramos reunir contribuições de referentes da historiografia sobre o tema, notadamente Gabriela de Lima Grecco, Ismara Izepe de Souza e Eliane Venturini de Oliveira. Tentamos esclarecer as semelhanças entre o Estado e o Franquismo, as relações entre os dois países e as generalizações que podemos sacar a partir da observação de dois regimes fascistizados contemporâneos.

O Estado Novo tem seu fim em 1945. A entrada do país na Segunda Guerra Mundial em 1942 coincide com a crescente organização das oposições, colocando o regime em crise. O Franquismo, por sua vez, após reduzir os elementos fascistas depois de 1942, permanecerá no poder durante várias décadas, terminando apenas com a morte de Franco na década de 70, dando espaço a um processo de transição democrática bastante questionado.

Apesar de não ser difícil encontrar trabalhos históricos que comparem o Franquismo e o Estado Novo, bem como seus líderes, ainda existem pontos dessa história comparada que faltam ser explorados. Por exemplo, pouco sabemos sobre a participação de brasileiros no exército de Franco. Também, como cada ditadura interage com elementos específicos do cenário nacional, como os sindicatos ou a Igreja. Por outro lado, a relação Brasil-Espanha durante o governo de Vargas nos anos 50 parece, por enquanto, não ter chamado tanta atenção dos historiadores.

Por fim, a comparação entre duas ditaduras contemporâneas e fascistizadas nos permite entender mais sobre o caráter transnacional do fascismo e sua influência no cenário

político mundial. Também, permite a melhor compreensão da disseminação do antiliberalismo e, principalmente, do anticomunismo no cenário político mundial no século XX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Documentação

Carta de Francisco Franco, “El jefe del Estado y general en jefe del Ejército Nacional” para Getúlio Vargas. Salamanca, 29 out. 1936. Arquivo Getúlio Vargas (GV 36.10/1 XXIV – 44). CPDOC/FGV.

Bibliografia

ALDARIA, Antonio Calzado; DOMINGO, Mélanie Ibáñez. Dictadura franquista y violencia. In: MUÑOZ, Carlos Fuertes; MONSERRAT, David Parra (coord.). **La España reciente (c. 1931-c. 1982): Actualización para una educación crítica.** 2023.

ARÓSTEGUI, Julio. La Guerra Civil Española: **Cuadernos Historia 16.** 1997.

BARROS, José D'Assunção. História Comparada: da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. **História Social**, [S. l.], v. 11, n. 13, p. 7–21, 2011. DOI: 10.53000/hs.v11i13.207. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/207>. Acesso em: 19 nov. 2024.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. cap. 9, p. 167-178. ISBN 85-225-8283-8.

CASANOVA, Julián. A short history of the Spanish Civil War: **Short histories series.** 2021.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: O poder e o sorriso.** 2010.

FLORINDO, Marcos Tarcísio. A polícia política entre a inovação e a tradição: a modernização institucional do DEOPS/SP na Era Vargas. **Cadernos CEDEM**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 3-21, dez. 2011.

_____. O Estado brasileiro e a repressão política na era Vargas: montagem institucional do aparato de contenção e de controle da sociabilidade operária. **Revista de Estudios Brasileños**, 2015.

GIMÉNEZ, Esther Gambi. Brigadistas internacionales: brasileños en el frente durante la Guerra Civil Española. In: GUTIERREZ, Horácio et al. (org.). **A Guerra Civil Espanhola e a América Latina.** São Paulo: PROLAM/USP, CEDHAL/USP, ECA-USP, Terceira Margem,

2018. p. 59-68. ISBN 978-85-7921-101-0. Disponível em: <https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2021/01/A-Guerra-Civil-espanhola-e-a-America-Latina-2018.pdf>. Acesso em: 30 out. 2024.

GRECCO, Gabriela de Lima. **De la pluma como oficio a la pluma oficial: Estado y literatura durante los Nuevos Estados de Getúlio Vargas y Francisco Franco (1936-1945)**. Orientadores: Juan Luis Pan-Montojo González e Luciano Aronne de Abreu. 2017. 601 p. Tese doutoral (Doutorado em História Contemporânea) - Universidad Autónoma de Madrid, Madrid, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uam.es/handle/10486/680035>. Acesso em: 30 out. 2024.

MONTAGUT, Eduardo. La represión fascista italiana. **Nueva Tribuna**, 2016. Disponível em: <https://www.nuevatribuna.es/articulo/historia/represion-fascista-italiana/20160313185641126367.html>. Acesso em: 2 dez. 2024.

PINEDA, Antonio. Orígenes histórico-conceptuales de la teoría de la propaganda nazi. **Historia y Comunicación Social**, v. 12, p. 151-176, 2007. Disponível em: <https://idus.us.es/items/49ff8140-b4bc-4f0e-b5c1-b647f28c60e7>. Acesso em: 3 dez. 2024.

PRESTON, Paul. **Franco: Caudillo de España**. 2015.

REY, Leandro Álvarez. La crisis de la democracia republicana. In: MOYA, Antonio Morales (org.). **El difícil camino a la democracia: Actas del Congreso Las Claves de la España del siglo XX**. 2001.

ROSA, Cristina Souza da. Una sonrisa cinematográfica: comparación entre las imágenes de Franco y Getúlio Vargas, en los noticiarios NO-DO y Cinejornal Brasileiro. **La biografía fílmica: actas del Segundo Congreso Internacional de Historia y Cine**, Espanha, 2. ed. p. 910-926, 2011. Congreso Internacional de Historia y Cine (2. 2011. Getafe).

SOUZA, Ismara Izepe de. **Caminhos que se cruzam: relações históricas entre Brasil e Espanha (1936-1960)**. Orientadora: Maria Luiza Tucci Carneiro. 2009. 317 p. Tese de doutorado (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26042010-100713/pt-br.php>. Acesso em: 30 out. 2024.

STANGER, Diego. Os arquivos da Polícia Política do Espírito Santo: a fotografia como prova do crime político. **XXVII Simpósio Nacional de História**. Anpuh, julho de 2013.

VENTURINI, Eliane. As relações entre os governos fascistizados de Franco e Vargas no contexto da Guerra Civil Espanhola (1936-1939). **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 223-237, 2023.

_____. Falange Espanhola no Brasil. **Revista Ponto de Vista**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 55-62, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RPV/article/view/9742>. Acesso em: 30 out. 2024.

_____. La Guerra Civil Española en la prensa brasileira (1936-1939). **Cuadernos de Historia Contemporánea**, v. 46, n. 2, p. 361-380, 5 sep. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5209/chco.94357>.